



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
NO AMAZONAS**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2012

MARÇO/2013



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
NO AMAZONAS

ROL DE RESPONSÁVEIS

053.422.012-68 – JOÃO FERDINANDO BARRETO

Rua Nova Olinda, nº 17 Coroado – CEP 69080-000

Cargo: Superintendente Federal de Agricultura no Amazonas

Período: 01/JAN/2012 a 31/DEZ/2012

Designação: Portaria de 02/JUN/2011 – Publicação D O U – 03/JUN/2011

452.775.912-49 – GUILHERME DE MELO PESSOA

Rua Albano Melo, nº 24 n- Conj. Shangrilá 3 – Parque 10 – CEP 69054-719

Cargo: Substituto do Superintendente Federal de Agricultura no Amazonas

Designação: Portaria nº 571 de 05/AGO/2009

Obs: Não houve nenhuma Portaria de designação de substituição no exercício de 2012. Houve, no entanto, substituição do titular nos casos de reuniões, doenças e diárias.

019090559-05 - DANIEL GUSTAVO BEZ

Rua Mário Hayden, Conjunto Paulo Nery, Apto. 1-B

Cargo: Superintendente de Agricultura – Responsável pelo Expediente

Designação: Portaria nº 13 de 02/03/2012

Período: 05 a 06.02.2012



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO
AMAZONAS**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2012

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborada de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas nº 119/2012 e Nº 124/12 e da Portaria TCU nº 150/2012.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
NO AMAZONAS

Apresentação

A Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas, elaborou o presente Relatório com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 119e 124/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012.

O Relatório de Gestão do Exercício de 2012, mostra de modo claro e objetivo os resultados de atividades e ações executadas nos setores técnicos e administrativos da Superintendência, compreendendo defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuária; fomento e desenvolvimento de pessoas, bem como de serviços gerais; planejamento estratégico e planejamento operacional; programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira de recursos alocados; qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e ainda, aperfeiçoamento da gestão da Superintendência.

Em síntese as informações constantes deste Relatório mostram o desempenho e alcance dos objetivos propostos nos Planos de Trabalho planejados.

O quadro de servidores da Superintendência, incluindo fiscais federais agropecuários e servidores de apoio técnico e administrativos não é o adequado, tendo reflexos diretos na quantidade de produtos fiscalizados, bem como na qualidade das fiscalizações, e ainda nos serviços realizados no âmbito interno. Entretanto, há que se reconhecer obtenção de avanços nas atividades e ações desenvolvidas, pressupondo, também, melhoria no processo de gestão.

O Plano Estratégico é corporativo do Ministério da Agricultura, como um todo, e as avaliações estarão contempladas no Relatório da sede, em Brasília.

De acordo com as orientações recebidas, informamos que alguns quadros da Portaria TCU nº 150/2012, não constam deste Relatório por não se aplicarem a esta Unidade e/ou alguns, por não terem realizações no exercício. São eles: A.1.2; A.1.3; A.1.4; A.3.2; A.3.3; A.3.4; A.4.1; A.4.2; A.4.3; A.4.7; A.4.8; A.4.9; A.4.10; A.5.1; A.5.8; A.5.9; A.5.10; A.5.11; A.5.12; A.5.13; A.5.14; A.5.15; A.5.16; A.5.17; A.5.18; A.5.19; A.5.20; A.5.21; A.5.22; A.5.23; A.5.24; A.5.25; A.6.9; A.6.10; A.6.11; A.6.12; A.6.13; A.6.14; A.6.15; A.6.16, 10.1.2, 10.1.3, 10.1.4

SUMARIO

| | |
|--|----|
| 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO | 7 |
| 1.2 Finalidades e Competências Institucionais da Unidade | 8 |
| 1.3 Organograma Funcional | 9 |
| 1.4 Macroprocessos Finalísticos | 13 |
| 1.5 Macroprocessos de Apoio | 13 |
| 1.6 – Principais Parceiros | 14 |
| 2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES | 15 |
| 2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada | 15 |
| AS AÇÕES PRIORITÁRIAS DE CADA SETOR DESTA SUPERINTENDÊNCIA SÃO PRÉ-ESTABELECIDAS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, DEFINIDAS PELAS COORDENAÇÕES DO ÓRGÃO CENTRAL, EM CONSONÂNCIA COM AS METAS DO PLANO PLURIANUAL 2012-2015 DO GOVERNO FEDERAL. OS PROCEDIMENTOS SÃO FUNDAMENTADOS NOS DECRETOS E LEGISLAÇÕES COMPLEMENTARES, ALÉM DE ATOS NORMATIVOS PUBLICADOS PELAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DO MAPA. | |
| 15 | 15 |
| A OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE LIDERANÇA DESTA SUPERINTENDÊNCIA, ENVOLVE DIRETAMENTE O SUPERINTENDENTE, O CHEFE DA DIVISÃO TÉCNICA, OS CHEFES DOS SETORES, SERVIÇOS E SEÇÕES. ESSES AGENTES DESENVOLVEM AÇÕES QUE VISAM O BOM ANDAMENTO DA GESTÃO PELA QUALIDADE, ATUANDO COMO MULTIPLICADORES DOS PROGRAMAS, IDENTIFICANDO PONTOS DE ESTRANGULAMENTO E PROPONDO CORREÇÕES. | |
| 15 | 15 |
| 2.2 Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais..... | 15 |
| A OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE LIDERANÇA DESTA SUPERINTENDÊNCIA, ENVOLVE DIRETAMENTE O SUPERINTENDENTE, O CHEFE DA DIVISÃO TÉCNICA, OS CHEFES DOS SETORES, SERVIÇOS E SEÇÕES. ESSES AGENTES DESENVOLVEM AÇÕES QUE VISAM O BOM ANDAMENTO DA GESTÃO PELA QUALIDADE, ATUANDO COMO MULTIPLICADORES DOS PROGRAMAS, IDENTIFICANDO PONTOS DE ESTRANGULAMENTO E PROPONDO CORREÇÕES. | |
| 15 | 15 |
| A SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO AMAZONAS, ATUA EM CONJUNTO COM TODOS OS SETORES, ATRAVÉS DE SUGESTÕES, QUE VISAM ATENDER COM AGILIDADE AS EXPECTATIVAS DOS CLIENTES INTERNOS E EXTERNOS..... | |
| 15 | 15 |
| A ÁREA FIM TEM EXECUTADO SEUS PROGRAMAS E AÇÕES COM DETERMINAÇÃO E EFICIÊNCIA BUSCANDO SEMPRE A QUALIDADE DE SUAS AÇÕES COMO RESULTADO POSITIVO A ESTA UNIDADE. | |
| 15 | 15 |
| 2.3 Execução do plano de metas ou de ações | 15 |
| 2.4 Indicadores..... | 15 |
| 3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO | 16 |
| 3.1 Estrutura de Governança | 16 |
| 3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos | 16 |
| 3.4 Sistema de Correição..... | 18 |
| 3.5 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU | 18 |
| 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA | 19 |
| 4.1 Informações sobre Programas do PPA de responsabilidade da UJ | 19 |
| 4.1.1 Informações sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ | 19 |
| 4.1.4 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ | 19 |
| QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ | 19 |
| TOTAL | 31 |
| 1.2 TOTAL | 32 |
| 1.2.1 TOTAL | 32 |
| TOTAL | 32 |
| TOTAL | 32 |
| TOTAL | 32 |
| 1. Programa 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários..... | 34 |
| 2. Programa 0368 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários..... | 39 |
| Programa 2028 – Defesa Agropecuária..... | 43 |
| 1- PROGRAMA: 2014 - AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO..... | 48 |
| 1.1 OBJETIVO: 0744 – INCENTIVAR O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA..... | 48 |
| QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ | 49 |
| QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ | 50 |
| QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ | 51 |
| 3- PROGRAMA: 2105 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MAPA | 52 |
| AÇÃO: 2000 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE..... | 52 |
| QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ | 52 |
| 4.1.5 Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ. | 53 |
| QUADRO A.4.5 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – DE GESTÃO E MANUTENÇÃO..... | 53 |

| | |
|--|----|
| 4.1.6 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ..... | 53 |
| QUADRO A.4.6 AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ..... | 53 |
| QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA..... | 55 |
| 4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa..... | 55 |
| 4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa..... | 56 |
| 4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários..... | 56 |
| QUADRO A.4.12 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS..... | 56 |
| 4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários..... | 57 |
| QUADRO A.4.13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS..... | 57 |
| 4.2.4.2 Execução Orçamentária de créditos recebidos pela UJ por Movimentação..... | 58 |
| 4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação..... | 58 |
| QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO..... | 58 |
| 4.2.4.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação..... | 59 |
| QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO..... | 59 |
| 5.TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA..... | 60 |
| 5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores..... | 60 |
| 5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores..... | 60 |
| QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES..... | 60 |
| 5.3 Transferências de Recursos..... | 61 |
| 5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício..... | 61 |
| QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA..... | 61 |
| 5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos três últimos exercícios..... | 62 |
| QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS..... | 62 |
| 5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no exercício de 2013 e seguintes..... | 63 |
| QUADRO A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE..... | 63 |
| 5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse..... | 64 |
| QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE..... | 64 |
| *Valor repassado em 2011, mas devolvido em 2012 por motivo de não poder realizar a licitação no período concedido.5.3.5 | |
| Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse..... | 64 |
| 5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse..... | 65 |
| QUADRO A.5.7 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIO E CONTRATOS DE REPASSE..... | 65 |
| 6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS..... | 66 |
| 6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos..... | 66 |
| 6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada..... | 66 |
| QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12..... | 66 |
| 6.1.1.1 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da Unidade Jurisdicionada..... | 67 |
| QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO 31/12..... | 67 |
| 6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho..... | 68 |
| QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)..... | 68 |
| 6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a Idade..... | 68 |
| QUADRO A.6.4 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12..... | 68 |
| 6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a Escolaridade..... | 69 |
| QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12..... | 69 |
| 6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada..... | 70 |
| QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES..... | 70 |
| Valores em R\$ 1,00..... | 70 |
| 6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas..... | 71 |
| 6.1.4.1 Classificação do quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria..... | 71 |
| QUADRO A.6.7 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO..... | 71 |
| QUADRO A.6.8 – INSTITUIDORES DE PENSÃO – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12..... | 71 |
| 6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos..... | 72 |
| 6.1.5 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos..... | 72 |
| 6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários..... | 73 |
| 6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada..... | 73 |
| QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA..... | 73 |
| 6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão..... | 74 |
| QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA..... | 74 |
| 6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários..... | 75 |
| QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS..... | 75 |
| 7. Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário..... | 76 |
| 7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros..... | 76 |
| 7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário..... | 76 |
| 7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial..... | 76 |
| QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO..... | 76 |

| | |
|--|----|
| 7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis sob responsabilidade da UJ | 77 |
| QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ | 77 |
| 8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO | 78 |
| 8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI) | 78 |
| QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA | 78 |
| 9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL | 80 |
| 9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis | 80 |
| QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS | 80 |
| 9.2 consumo de papel, energia elétrica e água | 81 |
| QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA | 81 |
| 10 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS | 82 |
| 10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício | 82 |
| 10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício | 82 |
| QUADRO A.10.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO | 82 |
| 10.2 Informações sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna | 83 |
| 10.3 Declaração de Bens e Rendas estabelecidas na Lei 8.730/93 | 83 |
| 10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93 | 83 |
| QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR | 83 |
| 10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SINCONV | 84 |
| 10.4.1 Modelo de Declaração de Atualização de dados no SIASG e SINCONV | 84 |
| QUADRO A.10.6 MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SINCONV | 84 |
| 11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS | 84 |
| 11.1 Informações sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor público | 84 |
| ESTA SUPERINTENDÊNCIA NÃO APLICA OS DISPOSITIVOS CONTIDOS NAS NBC T 16.9 E NBC T 16.10, POIS AINDA NÃO RECEBEU NENHUMA ORIENTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL PARA TAL PROCEDIMENTO | 84 |
| 11.1.1. Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos | 84 |
| ESTA SUPERINTENDÊNCIA AINDA NÃO RECEBEU NENHUMA ORIENTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL PARA TAL PROCEDIMENTO. | 84 |
| 11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis | 85 |
| 11.2.2 Declaração com Ressalva | 85 |
| QUADRO A.11.2 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA. | 85 |

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

| Poder e Órgão de Vinculação | | | |
|--|--------------------|-----------------------------|----------------------------------|
| Poder: EXECUTIVO | | | |
| Órgão de Vinculação: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO | | | Código SIORG: 14 |
| Identificação da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Denominação Completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amazonas | | | |
| Denominação Abreviada: SFA/AM | | | |
| Código SIORG: 2800 | Código LOA: | Código SIAFI: 130090 | |
| Situação: Ativa | | | |
| Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo | | | CNPJ: 00396895/0015-20 |
| Principal Atividade: Agropecuária | | | Código CNAE: 7490-1/03 |
| Telefones/Fax de contato: | (092) 4009-3800 | (092) 4009-3801 | (092)4009-3805 |
| Endereço Eletrônico: gab-am@agricultura.gov.br | | | |
| Página na Internet: www.agricultura.gov.br | | | |
| Endereço Postal: Rua Maceió, 460 – Adrianópolis – Manaus/Amazonas | | | |
| Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada Portaria Ministerial nº 428 de 9 de junho 2010. | | | |
| Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada Decreto nº 7.127, de 4 de agosto de 2010 | | | |
| Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada | | | |
| | | | |
| Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Código SIAFI | Nome | | |
| Não se aplica | Não se aplica | | |
| Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Código SIAFI | Nome | | |
| Não se aplica | Não se aplica | | |
| Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões | | | |
| Código SIAFI da Unidade Gestora | | Código SIAFI da Gestão | |
| Não se aplica | | Não se aplica | |

1.2 Finalidades e Competências Institucionais da Unidade

Conforme estabelece o Regimento Interno, Portaria Ministerial nº 428 de 9 de junho de 2010, a Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas, unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, consoante orientações técnica dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, compete executar atividades e ações nas áreas técnicas e administrativas, como:

- Defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuária;
- Fomento e desenvolvimento agropecuário;
- Assistência técnica e extensão rural;
- Infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;
- Produção e comercialização de produtos agropecuários;
- Administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim de serviços gerais;
- Planejamento estratégico e planejamento operacional;
- Programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;
- Qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e
- Aperfeiçoamento da gestão da Superintendência.

No Amazonas, todas as ações e atividades executadas pela Superintendência Federal de Agricultura, estão integradas num contexto de promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira.

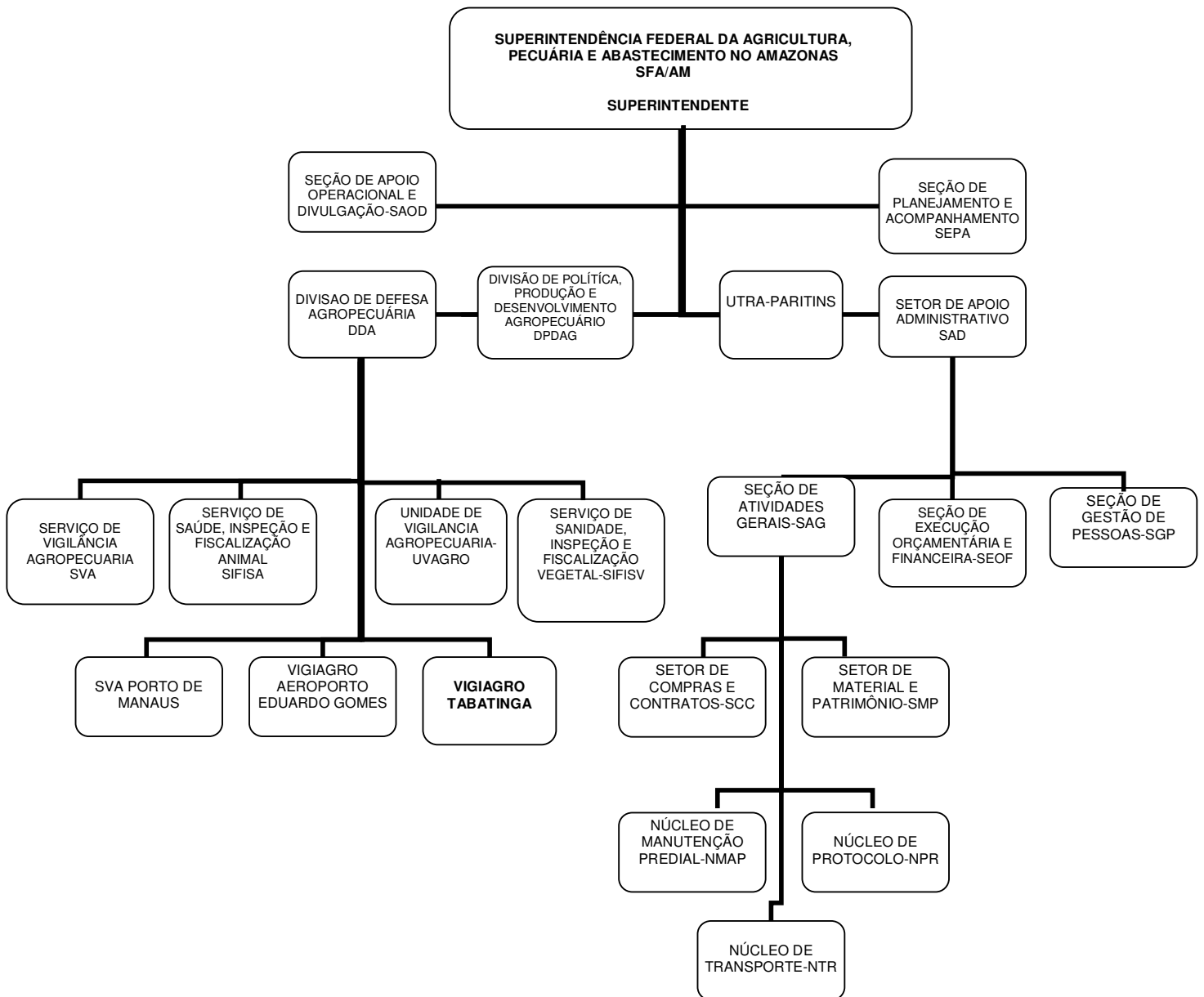
A Gestão Estratégica concilia as políticas públicas com as demandas do agronegócio visando melhorar a competitividade do setor. Seu fundamento é oferecer condições para que o Brasil alcance e consolide a posição de líder mundial no agronegócio, atendendo paralelamente, às necessidades e exigências do mercado interno e a segurança alimentar da população brasileira.

Entre os objetivos estabelecidos está à busca da excelência administrativa, garantindo maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio e o fortalecimento e harmonização do setor, coordenando e promovendo a igualdade entre os atores envolvidos.

Em síntese a SFA-AM desenvolveu ações relevantes na área técnica, tais como: na prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais; na qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando oferta de alimentos seguros; no aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários e agrícolas; na padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal; na vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos; na vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, seus produtos e insumos; na fiscalização das atividades com organismos geneticamente modificados; na inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal; na aplicação de mecanismos de garantia da qualidade orgânica; no apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário; no fomento a indicação geográfica de produtos agropecuários; assim como envidando esforços objetivando melhorias na execução dos serviços administrativos da unidade, oportunizando para tanto, treinamento aos servidores da área administrativa; e ainda, de participação em diversas instâncias governamentais representando o MAPA, a exemplo do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus.

1.3 Organograma Funcional

Organograma da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amazonas
Portaria Ministerial nº 428 de 09 de junho de 2010.



Competências

1. A **Seção de Apoio Operacional e Divulgação** compete promover o processo de gestão estratégica, alinhado à estratégia corporativa do MAPA, quanto a apoiar o titular da SFA/AM; promover atividades de comunicação visual; auxiliar e adequar às informações, bem como distribuir publicações e materiais audiovisual para os parceiros do agronegócio; manter atualizado cadastro de autoridades do setor público, em todas as esferas, e de instituições relacionadas às competências da SFA/AM; providenciar a publicação de portarias, instruções, ordens de serviço e outros atos administrativos, observadas as instâncias de competências; coordenar e executar as atividades inerentes à tecnologia da informática e consolidar dados e compor o Relatório de Gestão.
 2. **Seção de Planejamento e Acompanhamento** compete promover o processo de gestão estratégica, alinhado à estratégia corporativa do MAPA; promover o processo de gestão operacional, quanto à internalização do Plano Plurianual e orientação e acompanhamento de execução das ações constantes do Plano Plurianual; elaboração e consolidação do plano operativo anual; elaborar relatórios, periódicos e anuais, referentes à programação e ao monitoramento das execuções das ações; acompanhar auditorias técnico-fiscais e operacionais relacionadas às programações físico-financeiras das ações desempenhadas pelos setores administrativos e técnicos desta Unidade; consolidar dados e compor o Relatório de Gestão.
 3. **À Divisão de Defesa Agropecuária, compete:** coordenar, acompanhar, orientar e avaliar a execução das atividades de: vigilância zoossanitária e fitossanitária; prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais e de pragas dos vegetais; fiscalização do trânsito internacional de animais vivos, de vegetais e partes de vegetais, de produtos de origem animal e vegetal, de insumos agropecuários e de materiais biológicos de uso na agropecuária; educação sanitária para defesa agropecuária; fiscalização da produção, importação, exportação e comercialização de corretivos, fertilizantes, inoculantes e biofertilizantes, de agrotóxicos, seus componentes e afins, de sementes e mudas, de produtos de uso veterinário, de alimentos para animais, de sêmen animal e de embriões de animais, bem como dos respectivos estabelecimentos produtores, fabricantes, fracionadores, processadores, manipuladores ou beneficiadores; fiscalização de estabelecimentos rurais em que tenham sido constatadas violações ao uso de produtos e ou substâncias controladas e monitoradas, em produtos de origem animal ou vegetal; fiscalização e controle da classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico.
- **Ao Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal (SIFISA)**, compete programar, promover, orientar, controlar e auditar a execução das atividades de saúde animal, de inspeção de produtos de origem animal e de fiscalização de insumos pecuários.
 - **Ao Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal (SIFISV)**, compete programar, promover, orientar, controlar e auditar a execução das atividades de sanidade vegetal, de inspeção de produtos de origem vegetal, de fiscalização de insumos agrícolas.
 - **Aos Serviços de Vigilância Agropecuária, Unidades de Vigilância Agropecuária**, localizados em portos, aeroportos internacionais, postos de fronteira e aduanas especiais, compete: executar as atividades de fiscalização agropecuária; examinar, em articulação com as autoridades aduaneiras, bagagens de passageiros, acompanhadas ou não, com vistas a detectar produtos de origem animal ou vegetal e produtos biológicos que possam veicular agentes de doenças animais ou de pragas vegetais, que constituem ameaça à agropecuária nacional.; aplicar medidas de apreensão, interdição ou destruição de animais, vegetais, partes de vegetais, de seus produtos e derivados; expedir certificados sanitários e fitossanitários, para a exportação de

animais vivos, vegetais, partes de vegetais, produtos e derivados de origens animal e vegetal e de materiais de multiplicação vegetal e animal, quando previamente autorizados;

- 4. Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário compete:** promover, orientar, acompanhar e fiscalizar a execução das atividades de desenvolvimento agropecuário; orientar a elaboração de propostas, analisar, acompanhar e proceder à fiscalização da execução do plano de trabalho de convênios, contratos e demais instrumentos de parceria, por órgãos e entidades públicas e privadas voltados ao desenvolvimento agropecuário e ao cooperativismo e associativismo rural, inclusive de repasses financeiros e, ainda, orientar a prestação de contas; orientar, acompanhar, controlar, fiscalizar e auditar as atividades relacionadas com: a) registro genealógico, incluindo provas zootécnicas e avaliações genéticas; b) competições e demais atividades turfísticas e hípcas; c) credenciamento de Organismos de Avaliação da Conformidade - OAC; d) cadastramento de Organismos de Controle Social - OCS, na venda direta de produtos orgânicos sem certificação; e) atividades do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica - SISORG; f) dados e estatísticas das atividades relacionadas aos sistemas de produção orgânica; estimular a organização do setor agropecuário, em especial, a implantação de: a) cooperativas e instituições associativas rurais; b) cadeias produtivas do agronegócio; c) empresas e produtores de sementes e mudas; d) empresas, organizações e iniciativas voltadas à assistência técnica, extensão rural e transferência de tecnologia, inclusive o credenciamento de profissionais, autônomos ou não; e) empresas prestadoras de serviços agrícolas e pecuários; e f) certificação relacionada à produção e comercialização agropecuária; promover, em articulação com as cadeias produtivas, propostas de alterações de padrões e especificações de produtos agropecuários
- 5 Ao Serviço de Apoio Administrativo,** abrange todo o setor operacional, compete: coordenar a execução das atividades de administração geral e de execução orçamentária e financeira dos recursos alocados à SFA/MAPA, consoante orientações dos órgãos setoriais; orientar e acompanhar: procedimentos licitatórios; preparação e formatação de contrato, ajuste e demais instrumentos de parcerias; alienação de bens móveis; execução físico-financeira de convênio, ajuste, contrato, e demais instrumentos de parceria, emitindo parecer técnico; e atividade-meio e de execução orçamentária e financeira, junto às Unidades de Execução Finalística integrantes da SFA/MAPA.
- 5.1 À Seção de Atividades Gerais** compete: promover, acompanhar e orientar a execução das atividades de transporte, material e patrimônio, reprografia, zeladoria, manutenção predial, almoxarifado, protocolo, limpeza, conservação e vigilância;
- 5.1.1 Ao Núcleo de Manutenção Predial** compete: acompanhar e controlar a execução de serviço prestado para manutenção, limpeza e vigilância de edifícios e outros bens imóveis; realizar ações preventivas para garantir a segurança das condições de uso dos bens imóveis;
- 5.1.2 Ao Setor de Compras e Contratos** compete: promover: apoio operacional e administrativo à Comissão Permanente de Licitação - CPL e ao pregoeiro da SFA; providências requeridas para a formalização de compra ou de contrato de prestação de serviço e de execução de obra; acompanhar os prazos de vigência dos contratos; manter registros dos contratos firmados e gerar cronogramas no SIASG;
- 5.1.3 Ao Setor de Material e Patrimônio** compete: controlar a entrega e manter a guarda de material adquirido; classificar, registrar e controlar bens de consumo, elaborando demonstrativo contábil; proceder à redistribuição de bens de consumo; manter: documentação relativa ao almoxarifado da Superintendência Federal, organizada e atualizada; manter organizada e atualizada a documentação relativa aos bens móveis e

imóveis da Superintendência Federal; executar os procedimentos de alienação de bens móveis;

5.1.4 Ao Núcleo de Protocolo compete: receber, distribuir e expedir a documentação corrente; classificar, numerar, registrar e autuar as documentações recebidas e expedidas, com lançamento no Sistema SIGID; sistematizar, recuperar e prestar informações relativas ao trâmite documental; receber e expedir malotes;

5.1.5 Ao Núcleo de Transporte compete: manter sistema de controle de acompanhamento da utilização dos veículos; orientar os usuários dos veículos quanto aos aspectos da utilização e da direção defensiva dos veículos; promover recuperação, manutenção e revisão dos veículos; levantar e analisar custos de manutenção e conservação dos veículos, bem como do consumo de combustíveis;

5.2 A Seção de Gestão de Pessoas compete: promover aplicação da legislação de pessoal no que tange aos direitos e deveres dos servidores públicos e dos empregados lotados na SFA/MAPA;

5.3 A Seção de Execução Orçamentária e Financeira compete: processar a execução orçamentária e financeira dos créditos e recursos alocados à Superintendência Federal; executar inclusões, alterações e exclusões de informações no Sistema SIAFI; manter documentos e registros financeiros para fins de auditoria;

1.4 Macroprocessos Finalísticos

- Cooperativismo e Associativismo Rural;
- Defesa Agropecuária;
- Desenvolvimento Agropecuário;
- Política Agrícola;

Cada PI tem um Coordenador Local, que se reporta tecnicamente ao Coordenador Nacional, lotado nas coordenações e departamentos da SDA em Brasília. As ações de cada PI estão presentes do Plano Operativo Anual. Até o ano de 2012, o POA tinha formato determinado pelas coordenações e departamentos. A partir de 2013, houve unificação do formato, através da criação de um sistema de informação, o SGI. No Plano Operativo, pode-se encontrar todas as ações que serão desempenhadas ao longo do ano. Eventualmente, pode-se desempenhar outra atividade que não esteja contemplada no POA, principalmente as de caráter excepcional e imprevisível, bem como denúncias que cheguem ao conhecimento da SFA/AM. Como consolidação do que foi planejado através do POA, anualmente também, se confecciona o Relatório de Gestão, de forma a confrontar as ações previstas daquelas que foram efetivamente executadas.

1.5 Macroprocessos de Apoio

- Administração e Desenvolvimento de Pessoas;
- Logística e Serviços Gerais;
- Articulação Institucional e Política;
- Contabilidade Pública;
- Procedimentos Disciplinares;
- Interação com a Sociedade e Servidores.

Os macroprocessos de Apoio são conduzidos obedecendo às normas existentes, sobretudo à Portaria nº 428, de 9 de junho de 2010, onde constam todas as diretrizes que cada setor/seção deve obedecer. Baseado nessa norma promove aplicação da legislação de pessoal no que tange aos direitos e deveres dos servidores públicos; faz articulações com entidades públicas; instaura procedimentos administrativos disciplinares no âmbito de sua jurisdição; processa a execução orçamentária e financeira dos créditos e recursos alocados à Superintendência; promove, acompanha e orienta a execução das atividades gerais da Superintendência.

As relações interdepartamentais são observadas de modo a garantir a satisfação do cliente interno através do fornecimento de informações específicas.

1.6 – Principais Parceiros

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amazonas – SFA/AM, para a execução das atividades de defesa agropecuária e de apoio à produção e comercialização agropecuária, à infraestrutura rural, bem como ao cooperativismo e ao associativismo rural, conta com efetiva contribuição e/ou parceria de diversos órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e ainda da iniciativa privada.

São parceiros da SFA-AM no âmbito do governo federal: Instituto Nacional de Meteorologia – INMET, Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Ministério da Pesca e Aquicultura/Superintendência Federal no Amazonas, Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Superintendência da Polícia Federal no Amazonas, Polícia Rodoviária Federal no Amazonas, Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, Ministério da Defesa – Tríplice Fronteira, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Subsistema Integrado de Atenção a Saúde do Servidor – SIASS/INSS/AM, Ministério Público Federal no Amazonas, Advocacia Geral da União no Amazonas – AGU, Consultoria Jurídica da União no Estado do Amazonas – CONJUR-AM, Controladoria Geral da União no Amazonas – CGU-AM, Tribunal de Contas da União no Amazonas – TCU-AM, Procuradoria da Fazenda Nacional, Ministério da Fazenda/Receita Federal do Brasil, Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO-AM, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/AM e Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV-AM.

São parceiros da SFA-AM no âmbito do governo estadual: Secretaria de Estado da Produção Rural – SEPROR, Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas – ADAF, Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM, Universidade Estadual do Amazonas – UEA, Agência de Fomento do Estado do Amazonas - AFEAM, Secretaria de Ciência e Tecnologia do Amazonas/Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas – SECT/FAPEAM, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, Agência de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas – ADS, Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IPAAM, Secretaria Estadual de Planejamento – SEPLAN, Polícia Militar do Estado do Amazonas/Batalhão Ambiental e Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas - ALEAM.

São parceiros da SFA-AM no âmbito do governo municipal: Secretaria da Saúde do Município de Manaus, Secretaria de Produção, Abastecimento e Empreendedorismo do Município de Manaus, Prefeituras Municipais de Apuí, Alvarães, Anamá, Autazes, Barreirinha, Boca do Acre, Borba, Caapiranga, Carauari, Castanho, Envira, Guajará, Itapiranga, Juruá, Lábrea, Manacapuru, Manicoré, Maraã, Nova Olinda do Norte, Parintins, Rio Preto da Eva, Silves e Tefé.

São parceiros da SFA-AM no âmbito da iniciativa privada: Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas – FAEA, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Amazonas – FETAGRI, CESCOOP/OCB-AM, Porto de Manaus, Porto Chibatão, Porto Superterminais, Porto Seco Aurora, Porto Graneleiro da Hermasa no município de Itacoatiara, Porto da Empresa OCRIM em Manaus, Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/AM, Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM, Centro das Indústrias do Estado do Amazonas – CIEAM e Câmara Nipo-Brasileira

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

As ações prioritárias de cada setor desta Superintendência são pré-estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, definidas pelas coordenações do órgão central, em consonância com as metas do Plano Plurianual 2012-2015 do Governo Federal. Os procedimentos são fundamentados nos decretos e legislações complementares, além de atos normativos publicados pelas secretarias e departamentos do MAPA.

A operacionalização do sistema de liderança desta Superintendência, envolve diretamente o superintendente, o chefe da divisão técnica, os chefes dos setores, serviços e seções. Esses agentes desenvolvem ações que visam o bom andamento da gestão pela qualidade, atuando como multiplicadores dos programas, identificando pontos de estrangulamento e propondo correções.

2.2 Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

A operacionalização do sistema de liderança desta Superintendência, envolve diretamente o Superintendente, O Chefe da Divisão Técnica, os Chefes dos Setores, Serviços e Seções. Esses agentes desenvolvem ações que visam o bom andamento da gestão pela qualidade, atuando como multiplicadores dos programas, identificando pontos de estrangulamento e propondo correções.

A Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas, atua em conjunto com todos os Setores, através de sugestões, que visam atender com agilidade as expectativas dos clientes internos e externos.

A área fim tem executado seus programas e ações com determinação e eficiência buscando sempre a qualidade de suas ações como resultado positivo a esta Unidade.

2.3 Execução do plano de metas ou de ações

Na área administrativa há uma carência muito grande de pessoal em todos os setores. Os recursos descentralizados para manutenção fixa da Superintendência foram insuficientes para atender todas as necessidades desta Unidade, o que ocasiona prioridades de algumas ações e conseqüentemente inviabilizam outras.

Na área fim, como se vê nos demonstrativos dos quadros A.4.4 quase todas as metas foram cumpridas, e a descentralização de recursos, com algumas exceções foram a contento. Algumas metas foram prejudicadas pelo número insuficiente de Fiscais Federais para desenvolver todas as atividades a ela pertinentes.

2.4 Indicadores

Como a Superintendência é dividida em área meio e fim, com subdivisões, não é possível um indicador para mensurar todas as metas relacionadas às atividades desta Unidade. No entanto, nota-se pelos relatórios dos setores da área fim e meio, que o exercício de 2012 estabeleceu uma taxa de melhoria pelos resultados alcançados.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Estrutura de Governança

A Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas não dispõe, na sua estrutura, setor relacionado à área jurídica. Em consequência disso, todas às necessidades referentes a questões jurídicas são submetidas à Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares, em Brasília e Consultoria Jurídica da União no Amazonas, CJU/AM.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Conforme informações no item anterior, esta Superintendência não possui área de controle interno. O sistema de correição está sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE, unidade da Secretaria-Executiva, a quem compete, além de supervisionar todos os sistemas de Correição do MAPA, coordenar, no âmbito do MAPA, os lançamentos do sistema CGU/PAD.”

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

| ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS | VALORES | | | | |
|---|---------|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Ambiente de Controle | | | | | |
| 1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. | | | | | X |
| 2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. | | | X | | |
| 3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. | | | | X | |
| 4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. | | | X | | |
| 5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. | | | | X | |
| 6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. | | | X | | |
| 7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. | | | | | X |
| 8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ. | | | | | X |
| 9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. | | | | X | |
| Avaliação de Risco | | | | | |
| 10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. | | | | | X |
| 11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. | | | | X | |
| 12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. | | | X | | |
| 13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. | | | | X | |
| 14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. | | | X | | |
| 15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. | | | X | | |

| | | | | | |
|--|----------|----------|----------|----------|----------|
| 16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. | | | X | | |
| 17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. | | | | | X |
| 18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. | | | | | X |
| Procedimentos de Controle | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. | | | | X | |
| 20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. | | | | X | |
| 21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. | | | X | | |
| 22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle. | | | X | | |
| Informação e Comunicação | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. | | | | X | |
| 24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. | | | | X | |
| 25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. | | | | X | |
| 26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. | | | | X | |
| 27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. | | | | X | |
| Monitoramento | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. | | | | X | |
| 29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. | | | | X | |
| 30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. | | | | X | |
| Análise Crítica: | | | | | |
| | | | | | |
| Escala de valores da Avaliação: | | | | | |
| (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. | | | | | |
| (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . | | | | | |
| (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. | | | | | |
| (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . | | | | | |
| (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ. | | | | | |

3.4 Sistema de Correição

O sistema de correição está sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE, unidade da Secretaria-Executiva, a quem compete, além de supervisionar todos os sistemas de Correição do MAPA, coordenar, no âmbito do MAPA, os lançamentos do sistema CGU/PAD.”

3.5 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

O cumprimento pela Instância de Correição está sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE, unidade da Secretaria-Executiva, a qual compete, além de supervisionar todos os sistemas de Correição do MAPA, coordenar, no âmbito do MAPA, os lançamentos do sistema CGU/PAD.”

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Informações sobre Programas do PPA de responsabilidade da UJ

4.1.1 Informações sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

4.1.4 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

| Identificação da Ação | | | | | | | | | |
|--|---|--|-------------------------------------|-------------------------------|---------------------|------------------------|--|----------------|--|
| Código | | 012I | | | | | | | |
| Descrição | | Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais | | | | | | | |
| Iniciativa | | Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa - Departamento de Saúde Animal /DSA | | | | | | | |
| Unidade Responsável | | Secretaria de Defesa Agropecuário / SDA | | | | | | | |
| Unidade Orçamentária | | Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas | | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | | | Restos a Pagar | | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | | | | |
| (14) 7.902,68 | (14) 7.502,22 | (14) 7.502,22 | (14) 7.502,22 | (14) 0,00 | (14) 0,00 | (14) 7.502,22 | | (14) 7.502,22 | |
| (30) 6.400,00 | (30) 19.200,00 | (30) 19.200,00 | (30) 13.639,41 | (30) 5.341,04 | (30) 219,55 | (30) 13.639,41 | | (30) 13.639,41 | |
| (33) 17.000,00 | (33) 10.000,00 | (33) 10.000,00 | (33) 10.000,00 | (33) 0,00 | (33) 0,00 | (33) 10.000,00 | | (33) 10.000,00 | |
| (36) 0,00 | (36) 0,00 | (36) 0,00 | (36) 0,00 | (36) 0,00 | (36) 0,00 | (36) 0,00 | | (36) 0,00 | |
| (39) 10.000,00 | (39) 15.302,00 | (39) 15.302,00 | (39) 15.302,00 | (39) 0,00 | (39) 0,00 | (39) 15.302,00 | | (39) 15.302,00 | |
| (52) 16.800,00 | (52) 0,00 | (52) 0,00 | (52) 0,00 | (52) 0,00 | (52) 0,00 | (52) 0,00 | | (52) 0,00 | |
| (41) 0,00 | (41) 0,00 | (41) 0,00 | (41) 0,00 | (41) 0,00 | (41) 0,00 | (41) 0,00 | | (41) 0,00 | |
| (42) 0,00 | (42) 0,00 | (42) 0,00 | (42) 0,00 | (42) 0,00 | (42) 0,00 | (42) 0,00 | | (42) 0,00 | |
| Total 58.102,68 | Total 52.004,22 | Total 52.004,22 | Total 46.443,63 | Total 5.341,04 | Total 219,55 | Total 46.443,63 | | | |
| 339036 – STP física; 335039 – STP Jurídica; 339014 – Diária; 339030 – Consumo; 339033 - Passagens; 334490-52 – Material permanente; 3330-41 – Convênio custeio; 4430-42 Convênio investimento. | | | | | | | | | |
| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | | | | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada | | | |
| 1 | Atender as demandas da Ouvidoria/MAPA e outras denúncias relacionadas ao PNEFA | Demanda atendida | POR DEMANDA | Não houve | 58.102,68 | 51.784,67 * | | | |
| 2 | Atualizar informações no SIPLAN | Atualização realizada | 12 | 12 | | | | | |
| 3 | Acompanhar, semanalmente, a atualização dos informes semanais – SIVCONT | Verificação atualizada | 48 | 48 | | | | | |
| 4 | Avaliar animais para fins de indenização | Avaliação realizada | POR DEMANDA | 0 | | | | | |
| 5 | Participar de reuniões técnicas (internas, com o executor estadual, com outras instituições ou iniciativa privada, inclusive vídeo-conferência) | Reunião realizada | 3 | 7 | | | | | |
| 6 | Participar de treinamentos em Febre Aftosa | Treinamento realizado | 0 | 2 | | | | | |
| 7 | Ministrar palestras sobre a Febre Aftosa | Palestra realizada | 1 | 1 | | | | | |
| 8 | Atender às convocações do DAS | Convocação atendida | 0 | 1 | | | | | |
| 9 | Analisar e enviar informes semestrais | Informe enviado | 2 | 2 | | | | | |
| 10 | Supervisionar as ações de vigilância e erradicação da febre aftosa executadas pela Unidade Central do órgão executor | Supervisão realizada | 2 | 2 (sendo 1 durante Auditoria) | | | | | |
| 11 | Supervisionar as ações de vigilância e erradicação da febre aftosa executadas pelas Unidades Regionais do órgão executor | Supervisão realizada | Não se aplica – no Estado do AM não | | | | | | |

| | | | existem Unidades Regionais func. | | | |
|----|---|-------------------------------|--|---|--|--|
| 12 | Supervisionar as ações de vigilância e erradicação da febre aftosa executadas pela EAC's do órgão executor | Supervisão realizada | 3 | 9 (sendo 1 referente à Auditoria PNEFA 2012) | | |
| 13 | Supervisionar as ações de vigilância e erradicação da febre aftosa executadas pelas UVL's do órgão executor | Unidade Local Supervisionada | 10 | 15 (sendo 7 referentes à Auditoria PNEFA/12) | | |
| 14 | Supervisionar as ações do órgão executor nas revendas de vacinas | Revenda supervisionada | 6 | 1 | | |
| 15 | Supervisionar as ações do órgão executor nas propriedades rurais de risco para febre aftosa | Propriedade supervisionada | 12 | 12 | | |
| 16 | Supervisionar ações do órgão executor nas áreas de risco para Febre Aftosa (lixões, salgadeiras, etc) | Unidade Supervisionada | 9 | 16 | | |
| 17 | Supervisionar as ações do órgão executor no atendimento a suspeitas de enfermidades vesiculares | Supervisão realizada | POR DEMANDA | 1 | | |
| 18 | Atuar em focos confirmados de enfermidades vesiculares | Foco acompanhado | POR DEMANDA | Não houve caso confirmado de Doença Vesicular | | |
| 19 | Supervisionar a realização de estudos soroepidemiológicos para Febre aftosa | Supervisão realizada | POR DEMANDA | Não houve | | |
| 20 | Supervisionar ações nas zonas de alta vigilância | Supervisão realizada | Não há Zona de Alta vigilância no Estado do AM | Não houve | | |
| 68 | Fiscalizar a execução de convênios | Fiscalização realizada | 12 | 14 | | |
| 69 | Emitir relatórios de acompanhamento | Relatório emitido | 4 | 4 | | |
| 70 | Analisar plano de trabalho de convênios e termos de cooperação técnica | Plano de trabalho analisado | 3 | 9 | | |
| 71 | Emitir parecer de viabilidade técnica em convênios e acordos de cooperação técnica | Viabilidade analisada | POR DEMANDA | 2 | | |
| 72 | Analisar a prestação de contas de convênios | Prestação de contas analisada | 1 | 1 | | |
| 73 | Participar de reuniões técnicas (internas, com o executor estadual e inclusive videoconferências) | Reunião realizada | 7 | 2 | | |
| 74 | Participar de treinamentos em Convênios | Treinamento realizado | POR DEMANDA | 1 | | |

* (pagos em 2012 + restos a pagar já processados, liquidados e pagos em 2013)

Metas do Exercício Para a Ação

Metas Físicas e Financeiras: O Plano operativo enviado pelo Departamento de Saúde Animal ao SIFISA/DDA-AM, onde estabeleciam as metas a serem executadas no ano de 2012 bem como o controle dos recursos financeiros utilizados para execução das mesmas previa a meta financeira por trimestre e não permitem correlacionar a meta financeira prevista para execução de cada meta física propostas. Desta forma, as planilhas de controle preenchidas pelo SIFISA não proporcionam nível de detalhamento que permita o preenchimento do campo destinado a meta financeira do Quadro A.4.4 com as informações que o mesmo requer. Além disso, nas supervisões, outras atividades relacionadas

são sempre realizadas, desde atividades do PI FEBREAFOTOS ao PI PCEANIMAL, aproveitando a mão de obra escassa do SIFISA-DDA-SFA-AM (apenas 2 médicos /fiscais federais agropecuários para todas as ações).

Análise Crítica

- **Cumprimento das metas:**

Análise sintética do cumprimento das metas, se possível, avaliando o impacto dos resultados alcançados na consecução dos objetivos de médio e longo prazo da UJ;

- **Eventuais problemas de execução:** Não houve maiores problemas relacionados à execução.
- **Superações significativas das metas estabelecidas:** Entramos em dilema sobre considerar ou não as unidades veterinárias locais e escritórios de atendimento à comunidade que participaram da Auditoria do Departamento de Saúde Animal como unidades supervisionadas ou não. Foram 8 municípios em 1 semana, durante o mês de novembro, além da CENTRAL do Órgão de Defesa Sanitária Animal. Outra supervisão no mês de Novembro seria redundante.
- **Restos a pagar:** Análise crítica sobre o reflexo dos restos a pagar, especialmente os restos a pagar não processados, na execução do programa. Não houve maiores problemas quanto a esse ponto, restando somente o valor de R\$ 219,55, em material de consumo, resultante de sobra de pagamentos relacionados a combustíveis
- O Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA) tem como estratégia principal a implantação progressiva e manutenção de zonas livres da doença, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). A execução do PNEFA é compartilhada entre os diferentes níveis de hierarquia do serviço veterinário oficial com participação do setor privado, sendo de responsabilidade dos governos estaduais, representados pelas secretarias estaduais de agricultura e instituições vinculadas, a execução do PNEFA no âmbito estadual.
- No Estado do Amazonas o órgão estadual responsável pela execução do PNEFA denominava-se Comissão Executiva Permanente de Defesa Sanitária Animal e Vegetal – CODESAV, agora denomina-se Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Amazonas – ADAF-AM, que integra o sistema SEPROR (Secretaria de Produção Rural do Estado do Amazonas), . Ao SIFISA/DDA/SFA-AM incumbe supervisionar as ações desenvolvidas pela CODESAV (ADAF), quer sob a forma de parcerias estabelecidas ou ainda com base no Sistema Unificado de Saúde Animal e Sanidade Vegetal (SUASA). O MAPA, através da SFA-AM, tem aportado recursos financeiros, via convênio, para realização de metas, além de aporte de recursos humanos e apoio técnico e de supervisão relativos ao Programa Nacional de Erradicação contra Febre Aftosa no Estado do Amazonas.
- O Estado do Amazonas é classificado como ZONA DE ALTO RISCO contra febre aftosa – BR-4 (evolução alcançada em setembro de 2010, antes o Estado era considerado de RISCO NÃO CONHECIDO – BR-N), com exceção das ZONAS LIVRES de febre aftosa compreendidas pelos municípios de Boca do Acre e Guajará (a partir de março de 2004) e partes dos municípios de Lábrea e Canutama (desde dezembro de 2010). O objetivo do Ministério da Agricultura é que todo o país seja livre de febre aftosa, meta não alcançada pelo Estado do Amazonas, já que o serviço veterinário oficial do Estado ainda apresenta sérias deficiências, que impossibilitaram a evolução de status sanitário no ano de 2012.

- Dentre as principais deficiências do serviço veterinário oficial apontadas em nossos relatórios de supervisão e no relatório da Auditoria realizada pelo Departamento de Saúde Animal do Estado, podemos listar como principais a deficiência estrutural e de equipamentos, falta de pessoal treinado e conhecedor da legislação, falha de comunicação entre os setores, atraso ou não envio de informações/relatórios, inexistência de kits para atendimento às emergências sanitárias, inexistência de ações voltadas à educação sanitária, inexistência de sistema informatizado de cadastro de propriedades e de movimentação de animais, utilização de documento irregular para trânsito em substituição à GTA, ausência de fiscalizações volantes, fiscalização precária nas barreiras de vigilância agropecuária, fiscalização incipiente das vacinas distribuídas pelo IDAM e necessidade de reformulação da legislação sanitária do Estado.
- Existe em execução/ prestação de contas/análise, o convênio 756433/11, plurianual, cujas metas previstas em 2011 foram postergadas para 2012 (os recursos previstos em 2012 não foram disponibilizados, portanto, os dados financeiros não constam na tabela acima)

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UI

| Identificação da Ação | | | | | | | | | |
|--|---|---------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------|---------------|------------------|
| Código | 012I | | | | | | | | |
| Descrição | Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais (PCEANIMAL) | | | | | | | | |
| Iniciativa | Ação 8658-Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais (PCEANIMAL) | | | | | | | | |
| Unidade Responsável | Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) | | | | | | | | |
| Unidade Orçamentária | Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas | | | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | | | | |
| Dotação | | | Despesa | | Restos a Pagar | | | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | | | |
| (14) 5.601,50 | (14) 13.471,90 | | (14) 13.471,00 | (14) 13.471,00 | (14) 0,00 | (14) 0,00 | (14) | 0,00 | (14) 13.471,00 |
| (30) 700,00 | (30) 2.000,00 | | (30) 2.000,00 | (30) 2.000,00 | (30) 0,00 | (30) 0,00 | (30) | 0,00 | (30) 2.000,00 |
| (33) 5.700,00 | (33) 28.862,57 | | (33) 28.862,57 | (33) 28.862,57 | (33) 0,00 | (33) 0,00 | (33) | 0,00 | (33) 28.482,20 |
| (36) 0,00 | (36) 3.482,20 | | (36) 3.482,20 | (36) 3.482,20 | (36) 0,00 | (36) 0,00 | (36) | 0,00 | (36) 3.482,20 |
| (39) 6.000,00 | (39) 6.000,00 | | (39) 6.000,00 | (39) 5.652,00 | (39) 0,00 | (39) 348,00 | (39) | 348,00 | (39) 5.652,00 |
| (52) 5.200,00 | (52) 0,00 | | (52) 0,00 | (52) 0,00 | (52) 0,00 | (52) 0,00 | (52) | 0,00 | (52) 0,00 |
| (41) 0,00 | (41) 0,00 | | (41) 0,00 | (41) 0,00 | (41) 0,00 | (41) 0,00 | (41) | 0,00 | (41) 0,00 |
| (42) 0,00 | (42) 0,00 | | (42) 0,00 | (42) 0,00 | (42) 0,00 | (42) 0,00 | (42) | 0,00 | (42) 0,00 |
| Total | Total | | Total | Total | Total | Total | | Total | Total |
| 23.201,50 | 53.816,67 | | 53.816,67 | 53.468,67 | 0,00 | 348,00 | | 348,00 | 53.468,67 |
| 339036 – STP física; 335039 – STP Jurídica; 339014 – Diária; 339030 – Consumo; 339033 - Passagens; 334490-52 – Material permanente; 3330-41 – Convênio custeio; 4430-42 Convênio investimento. | | | | | | | | | |
| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | | | | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada | | | |
| 1 | Supervisionar as ações de vigilância e erradicação das doenças dos animais, inclusive trânsito, executadas pela Unidade Central do órgão executor | Supervisão realizada | 2 | 1 | 23.201,50 | 53.468,67 | | | |
| 2 | Supervisionar as ações de vigilância e erradicação das doenças dos animais, inclusive trânsito, executadas pela EAC's do órgão executor | Unidade de atendimento supervisionada | 5 | 8 | | | | | |
| 3 | Supervisionar as ações de vigilância e erradicação das doenças dos animais, inclusive trânsito, executadas pelas UVL's do órgão executor | Unidade local supervisionada | 6 | 8 | | | | | |
| 4 | Supervisionar as ações da fiscalização do trânsito executadas pelos postos fixos de vigilância agropecuária e unidades volantes do órgão executor | Unidade supervisionada | 8 | 8 | | | | | |
| 5 | Supervisionar as ações da fiscalização do trânsito executadas pelo executor | Supervisão realizada | Por demanda* | 13 | | | | | |

| | | | | | |
|----|--|--------------------------------|--------------|-----|--|
| | em aglomerações de animais | | | | |
| 6 | Supervisionar as ações do órgão executor nas propriedades rurais para prevenção e erradicação das doenças dos animais | Propriedade supervisionada | 5 | 12 | |
| 7 | Supervisionar ações do órgão executor nas áreas de risco para enfermidades dos animais (abrigos, lixões, etc) | Unidade supervisionada | 2 | 4 | |
| 8 | Supervisionar as ações do órgão executor no atendimento a suspeitas de enfermidades dos animais | Supervisão realizada | Por demanda* | 0 | |
| 9 | Atuar em focos confirmados de enfermidades dos animais | Foco Acompanhado | Por demanda* | 0 | |
| 10 | Supervisionar a realização de estudos soroepidemiológicos para enfermidades dos animais | Supervisão realizada | Por demanda* | 1 | |
| 11 | Analisar, emitir pareceres e concluir os processos de habilitação de Médicos Veterinários para emissão de GTA e credenciamento para emissão de CIS-E | Processo analisado | Por demanda* | 1 | |
| 12 | Enviar o cadastro atualizado de médicos veterinários habilitados e credenciados para a CTQA | Cadastro enviado | 1 | 1 | |
| 13 | Supervisionar Médicos Veterinários Habilitados e credenciados junto a SFA | Supervisão realizada | 36 | 36 | |
| 14 | Analisar, emitir pareceres e concluir os processos de autorização para emissão de CZI | Processo analisado | Por demanda* | 292 | |
| 15 | Analisar, emitir pareceres e concluir os processos para emissão de GTAs, certificados sanitários e declarações sanitárias de origem | Processo analisado | Por demanda* | 0 | |
| 16 | Analisar, emitir pareceres e concluir os processos para autorização da importação | Processo analisado | Por demanda* | 22 | |
| 17 | Realizar treinamentos para médicos veterinários habilitados e credenciados | Treinamento realizado | 1 | 1 | |
| 18 | Atender as demandas da Ouvidoria/MAPA e outras denúncias relacionadas ao trânsito ou aos programas sanitários | Demanda atendida | Por demanda* | 0 | |
| 19 | Participar de reuniões técnicas (internas, com o executor estadual, com outras instituições ou iniciativa privada, inclusive videoconferências) | Reunião realizada | Por demanda* | 1 | |
| 20 | Atualizar informações no SIPLAN | Informação atualizada | 12 | 12 | |
| 21 | Verificar semanalmente a atualização dos informes semanais - SIVCONT | Verificação atualizada | 48 | 48 | |
| 22 | Analisar e enviar informes epidemiológicos mensais | Informes analisados e enviados | 108 | 108 | |
| 23 | Analisar, emitir pareceres e concluir os processos de habilitação de Médicos Veterinários para atuar no PNCEBT | Processo analisado | Por demanda* | 10 | |
| 24 | Supervisionar Médicos Veterinários Habilitados para atuar no PNCEBT | Supervisão realizada | 13 | 13 | |
| 25 | Analisar, emitir pareceres e concluir os processos de fiscalização de Médicos Veterinários para atuar no PNCEBT (irregularidades) | Processo analisado | Por demanda* | 0 | |
| 26 | Controlar a distribuição de insumos para diagnóstico da brucelose e tuberculose (caso a distribuição seja feita pela SFA) | Relatório emitido | 12 | 12 | |
| 27 | Participar de reuniões técnicas | Reunião | 1 | 1 | |

| | | | | | |
|----|---|--|--------------|----|--|
| | (internas, com o executor estadual, com outras instituições ou iniciativa privada, inclusive videoconferências) | realizada | | | |
| 28 | Participar de treinamentos relacionados ao PNCEBT | Treinamento realizado | Por demanda* | 1 | |
| 29 | Ministrar palestras sobre Brucelose e Tuberculose | Palestra ministrada | 1 | 1 | |
| 30 | Acompanhar focos de brucelose | Relatório e Notificações | Por demanda* | 26 | |
| 31 | Acompanhar focos de tuberculose | Relatório e Notificações | Por demanda* | 6 | |
| 32 | Fiscalizar alimentos para ruminantes na fiscalização ativa e passiva para prevenção da EEB | Propriedade fiscalizada | 2 | 2 | |
| 33 | Encaminhar amostras de tronco encefálico para vigilância ativa da EEB | Amostra encaminhada | Por demanda* | 3 | |
| 34 | Colher e processar amostras de alimentos para ruminantes em propriedades rurais (colheita do material para envio ou realização de feed-test) | Amostra colhida ou analisada | 2 | 2 | |
| 35 | Analisar, emitir pareceres e concluir processos de indenizações | Processo analisado | Por demanda* | 0 | |
| 36 | Sacrificar ou acompanhar o sacrifício de animais | Sacrifício ou acompanhamento realizado | Por demanda* | 0 | |
| 37 | Participar de treinamentos relacionados ao PNCRH | Treinamento realizado | Por demanda* | 0 | |
| 38 | Ministrar palestras sobre PNCRH | Palestra ministrada | 0 | 1 | |
| 39 | Fiscalizar estabelecimentos avícolas de reprodução | Fiscalização realizada | 2 | 2 | |
| 40 | Analisar e emitir pareceres em processos de registro de granjas avícolas | Processo analisado | Por demanda* | 0 | |
| 41 | Certificar estabelecimentos avícolas de reprodução | Certificado emitido | Por demanda* | 0 | |
| 42 | Sacrificar ou acompanhar o sacrifício de aves visando a prevenção e controle das doenças | Sacrifício ou acompanhamento realizado | Por demanda* | 0 | |
| 43 | Participar de reuniões técnicas (internas, com o executor estadual, com outras instituições ou iniciativa privada, inclusive videoconferências) | Reunião realizada | 1 | 1 | |
| 44 | Participar de treinamentos relacionados ao PNSA | Treinamento realizado | Por demanda* | 0 | |
| 45 | Ministrar palestras sobre sanidade avícola | Palestra ministrada | 0 | 1 | |
| 46 | Receber e analisar os resultados dos exames laboratoriais para diagnóstico da AIE e Mormo dos laboratórios credenciados | Exame acompanhado | 12 | 12 | |
| 47 | Analisar e emitir pareceres em processos de certificação e renovação da certificação de propriedades controladas para AIE | Processo analisado | Por demanda* | 0 | |
| 48 | Concluir os processos de certificação e renovação da certificação de propriedades controladas para AIE | Processo analisado | Por demanda* | 0 | |
| 49 | Participar de reuniões técnicas (internas, com o executor estadual, com outras instituições ou iniciativa privada, inclusive videoconferências) | Reunião realizada | Por demanda* | 0 | |
| 50 | Participar de treinamentos relacionados ao PNSE | Treinamento realizado | Por demanda* | 0 | |
| 51 | Ministrar palestras sobre sanidade dos | Palestra | 1 | 1 | |

| | | | | | | |
|----|---|--|--------------|----|--|--|
| | equídeos | ministrada | | | | |
| 52 | Acompanhar focos de AIE | Relatório e Notificações | Por demanda* | 16 | | |
| 53 | Acompanhar focos de Mormo | Relatório e Notificações | Por demanda* | 0 | | |
| 54 | Analisar, emitir pareceres e concluir processos de certificação ou renovação de certificação de granjas de reprodutores de suídeos | Processo analisado | Por demanda* | 0 | | |
| 55 | Sacrificar ou acompanhar o sacrifício de animais visando à prevenção e controle das doenças | Sacrifício ou acompanhamento realizado | Por demanda* | 0 | | |
| 56 | Participar de reuniões técnicas (internas, com o executor estadual, com outras instituições ou iniciativa privada, inclusive videoconferências) | Reunião realizada | 1 | 1 | | |
| 57 | Participar de treinamentos relacionados ao PNSS | Treinamento realizado | Por demanda* | 0 | | |
| 58 | Ministrar palestras sobre sanidade dos suínos | Palestra ministrada | 1 | 1 | | |
| 59 | Participar de reuniões técnicas (internas, com o executor estadual, com outras instituições ou iniciativa privada, inclusive videoconferências) | Reunião realizada | Por demanda* | 0 | | |
| 60 | Participar de treinamentos relacionados ao PNSCO | Treinamento realizado | Por demanda* | 0 | | |
| 61 | Ministrar palestras sobre sanidade dos caprinos e ovinos | Palestra ministrada | 0 | 0 | | |
| 62 | Participar de reuniões técnicas (internas, com o executor estadual, com outras instituições ou iniciativa privada, inclusive videoconferências) | Reunião realizada | Por demanda* | 0 | | |
| 63 | Participar de treinamentos relacionados ao PNSAp | Treinamento realizado | Por demanda* | 1 | | |
| 64 | Ministrar palestras sobre sanidade das abelhas | Palestra ministrada | 0 | 0 | | |
| 65 | Participar de reuniões técnicas (internas, com o executor estadual, com outras instituições ou iniciativa privada, inclusive videoconferências) | Reunião realizada | Por demanda* | 0 | | |
| 66 | Participar de treinamentos relacionados ao PNCR | Treinamento realizado | Por demanda* | 0 | | |
| 67 | Fiscalizar a execução de convênios | Fiscalização realizada | 12 | 14 | | |
| 68 | Emitir relatórios de acompanhamento | Relatório emitido | 4 | 4 | | |
| 69 | Analisar plano de trabalho de convênios e termos de cooperação técnica | Plano de trabalho analisado | 3 | 9 | | |
| 70 | Emitir parecer de viabilidade técnica em convênios e acordos de cooperação técnica | Viabilidade analisada | Por demanda* | 2 | | |
| 71 | Analisar a prestação de contas de convênios | Prestação de contas analisada | 1 | 1 | | |
| 72 | Participar de reuniões técnicas internas, com o executor estadual e inclusive videoconferências | Reunião realizada | Por demanda* | 2 | | |
| 73 | Participar de treinamentos em Convênios | Treinamento realizado | Por demanda* | 1 | | |
| 74 | Capacitação de servidores do MAPA e órgão executor no Curso de Especialização em Defesa Sanitária Animal - edital CNPq/MAPA/DAS nº 064/2008 | Servidores capacitados | 3 | 3 | | |

* Por demanda: Para evitar que algumas metas tivessem sua previsão subestimada ou superestimada optou-se por esta classificação.

O Plano operativo enviado pelo Departamento de Saúde Animal (DSA) ao Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal (SIFISA/DDA-AM) que estabelecia as metas a serem executadas no ano de 2012 bem como o controle dos recursos financeiros utilizados para execução das mesmas previa a meta financeira por trimestre e não permitem correlacionar a meta financeira prevista para execução de cada meta física propostas. Desta forma, as planilhas de controle preenchidas pelo SIFISA não proporcionam nível de detalhamento que permita o preenchimento do campo destinado a meta financeira do Quadro A.4.4 com as informações que o mesmo requer.

Cabe destacar que em função do exíguo quadro pessoal, visando otimizar a força de trabalho e os recursos financeiros algumas metas físicas foram realizadas com recursos de outros Planos Internos (PI) como FEBREAFTOS E INSPANIMAL. Durante viagens para execução de metas desses PIs aproveitava-se para realização de fiscalizações previstas no PI PCEANIMAL e vice-versa. Outro procedimento adotado com frequência foi à execução de várias metas físicas, de diferentes programas e planos internos, em uma mesma unidade ou município, reduzindo o custo em fiscalizações e melhorando a eficiência do trabalho.

Esta metodologia de preenchimento do quadro e da execução das metas foi aplicada em todas os PI's de responsabilidade do SIFISA.

Análise Crítica

Cumprimento das metas:

Os recursos financeiros foram descentralizados a contento e não impediram ou dificultaram a execução das ações previstas para 2012 que foram cumpridas em quase sua totalidade. A meta denominada Supervisão das ações de vigilância e erradicação das doenças dos animais, inclusive trânsito, executadas pela Unidade Central do órgão executor foi cumprida pela metade, havia uma supervisão prevista para o mês de novembro que ficou comprometida em virtude da auditoria, dirigida por representantes do DSA, do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa.

A referida auditoria é parte integrante do processo de mudança de status sanitário para febre aftosa pleiteado pelo Estado do Amazonas que almeja alcançar o status de médio risco para doença. Por se tratar de uma ação prioritária para o DSA e para SEPROR, os veterinários da Unidade Central estavam envolvidos nos trabalhos e supervisões que antecederam a referida auditoria. A auditoria foi realizada no mês de novembro onde foram supervisionadas a Unidade Central, 7 Unidades Locais e 1 escritório de atendimento à comunidade.

Eventuais problemas de execução:

O setor de saúde animal atua através da delegação de competência para a execução de cada um dos referidos programas ao órgão executor estadual de defesa agropecuária, que no Amazonas é denominado Comissão Executiva Permanente de Defesa Sanitária Animal e Vegetal – CODESAV que integra o sistema SEPROR (Secretaria de Produção Rural do Estado do Amazonas). Ao SIFISA cabe a incumbência de supervisionar as ações desenvolvidas pela CODESAV, quer sob a forma de parcerias estabelecidas ou ainda com base no Sistema Unificado de Saúde Animal e Sanidade Vegetal (SUASA).

O principal entrave foi o exíguo quadro funcional da CODESAV, que apesar da realização de concurso público no ano de 2011, continua com número insuficiente de servidores, A deficiência estrutural e de equipamentos, falta de treinamento, falha de comunicação entre os setores do órgão de

defesa estadual (CODESAV), atraso ou não envio de informações/relatórios e outros fatores, impactaram negativamente a capacidade de execução do SIFISA/DDA-AM.

As informações solicitadas, relatórios, informes entre outros são enviados ao SIFISA/DDA-AM na maioria das vezes com atraso, em alguns casos não são enviados, as atividades de vigilância são incipientes, número insuficiente de pessoal treinado e conhecedor da legislação, de kits para atendimento à emergências sanitárias, deficiência no acompanhamento e desfecho de focos de brucelose e AIE, destaca-se a incipiência de ações voltadas à educação sanitária, Não possui um sistema informatizado de cadastro de propriedades e de movimentação de animais, ausência de cadastramento de outras espécies animais, além de bovinos e bubalinos, não exigência de comprovante de vacinação contra brucelose das fêmeas de bovídeos para emissão de GTA entre outros entraves.

Na oportunidade, destacamos que o setor de saúde animal do SIFISA conta com apenas dois Fiscais Federais Agropecuários, que se dedicam exclusivamente as atividades relacionadas aos PIs FEBREAFTOS, PCEANIMAL e acompanhamento de convênio, devido ao exíguo quadro pessoal torna-se necessário priorizar as ações emergenciais e algumas metas acabam sendo comprometidas ou não executadas

Superações significativas das metas estabelecidas:

Cabe destacar a contratação, por concurso público, do pessoal que efetua os controles oficiais que em maio de 2012 foram empossados pela Secretaria de Produção Rural do Estado do Amazonas (SEPROR) a compor o quadro de pessoal permanente da CODESAV, sendo estes: 22 Fiscais Agropecuários Estaduais (veterinários), Técnico em agropecuária (43), agente agropecuário (11) que contratados por concurso público. Entendemos que o quantitativo é insuficiente para execução das ações relacionadas a Defesa Sanitária Animal, no entanto, representou um avanço para o serviço de defesa estadual.

Na ocasião, O SIFISA/DDA-AM em conjunto com o DSA e a CODESAV promoveu uma semana de treinamento em Defesa Agropecuária aos servidores recém empossados antes do início de suas atividades nas unidades de lotação. Durante o referido treinamento foram abordados temas como: O Servidor público e sua importância na implementação das políticas públicas; Conceito, competências e atribuições do Serviço de Defesa Agropecuária; Programas Sanitários da área animal – PNSE, PNSS, PNSA, PNCEBT, PNCRH, PNEFA; Vigilância veterinária das doenças vesiculares; Atendimento à notificação de suspeitas de doenças vesiculares; Sistema de informação zoonosológica; educação sanitária; Controle do trânsito de animais - Guia de Trânsito Animal – GTA; Controle do trânsito de animais, produtos e subprodutos de origem animal – procedimentos operacionais em barreiras de vigilância agropecuária – BVA's. Capacitação em cadastramento de propriedades (georreferenciamento, preenchimento e organização de formulários, numeração de propriedades, formatação de síntese marcação de pontos, utilização de legendas, formação de trilhas e rotas, edição de mapas, outros Fiscalização de Agrotóxicos, Produtos e Insumos Veterinários; sistema de inspeção estadual.

Restos a pagar:

Foram inscritos R\$ 348,00 em restos a pagar para o possível reforço de empenho de pagamento de manutenção de veículo que se encontrava em execução, sendo que não foi necessário a utilização do recurso, pois os recursos disponíveis no outro PI FEBREAFTOS foram suficientes para o pagamento do serviço.

Convênio:

Durante o ano de 2011 foi celebrado Convênio Plurianual nº 7564332011 entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Secretaria de Produção Rural do

Amazonas (SEPROR). O PI PCEANIMAL custeará a estrutura do sistema unificado de atenção à saúde animal, bem como as ações de defesa sanitária animal dos programas sanitários a ele vinculados, desta forma foram estabelecidas as metas listadas a seguir para execução em 2011: Instalação ou melhoria estrutural das unidades operacionais da defesa sanitária animal (aquisição de equipamentos); vigilância em estabelecimentos considerados de maior risco sanitário; capacitação do grupo especial de ação emergencial para sanidade agropecuária (GEASE); palestra relacionada a programas sanitários; diagnóstico situacional da peste suína clássica e vigilância da alimentação de ruminantes em propriedades rurais, além dessas foram previstas outras metas voltadas as ações previstas pelo PI FEBREAFTOS que serão custeadas pelo mesmo.

Durante o ano de 2012 não houve descentralização de recursos, o repasse ocorreu em dezembro de 2011, nos valores de R\$ 1.924.279,00 para investimento e R\$ 118.501,14 para custeio das ações previstas pelo PI PCEANIMAL. O atraso no repasse dos referidos valores (dezembro/2011) impossibilitou o cumprimento das metas previstas para serem executadas no ano de 2011. Desta forma, foi solicitada a publicação de termo aditivo para execução das metas previstas para 2011 no exercício de 2012.

Durante o ano de 2012 houve a execução das metas previstas para 2011 pela conveniente e o mesmo se encontra sob prestação de conta para verificação do cumprimento das metas executadas em 2012 (a execução destas metas é de responsabilidade da Secretaria de Produção do Estado do Amazonas sendo a SFA-AM responsável pela sua fiscalização).

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UI

| Identificação da Ação | | | | | | |
|--|---|-------------------|---------------|----------------|-----------------|---------------|
| Código | 0570 | | | | | |
| Descrição | Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros. | | | | | |
| Iniciativa | Código 0276 – Combate à clandestinidade em produtos de origem animal Código 0277 – Controle de Resíduos e Contaminantes em produtos de origem vegetal e animal. Código 0278 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal. | | | | | |
| Unidade Responsável | Secretaria de Defesa Agropecuária/MAPA | | | | | |
| Unidade Orçamentária | Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas – SFA/AM (130090) | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 50.000,00 | 50.318,31 | 50.318,31 | 50.144,55 | 0,00 | 173,66 | 50.144,65 |
| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Instalação de Inspeção Federal | UND | Indeterminado | 0 | 50.000,00 | 50.144,65 |
| 02 | Supervisões Industriais | UND | 24 | 18 | | |
| 03 | Análise de rotulagem | UND | Indeterminado | 41 | | |
| 04 | Análises de projeto | UND | Indeterminado | 16 | | |
| 05 | PNCR | UND | Indeterminado | 27 | | |
| 06 | Análises de POA | UND | 50 | 101 | | |
| 07 | Relatoria de processos e julgamentos | UND | Indeterminado | 27 | | |
| 08 | Anuência de Importação | UND | Indeterminado | 31 | | |
| 09 | Pareceres Técnicos | UND | Indeterminado | 04 | | |
| 10 | Certificados Internacionais | UND | Indeterminado | 02 | | |
| 11 | Fiscalizações | UND | Indeterminado | 101 | | |
| 12 | Verificação de Auto Controles | UND | Indeterminado | 64 | | |
| 13 | Verificação de Auto Controles em empresa com Inspeção permanente | UND | Diariamente | ----- | | |
| 14 | Vistoria de terreno | UND | Indeterminado | 06 | | |
| 15 | Repressão a fraude e clandestinidade | UND | Indeterminado | 14 | | |

Fonte: Arquivos do SIFISA/DDA/SFA-AM

1. Programa 2028 – Defesa Agropecuária

Objetivo 0570 - Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.

Descrição do Programa:

Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-

morten dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação; B) Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida; C) Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos. Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas; D) Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada.

Justificativa

Assegurar a inocuidade e melhoria da qualidade dos produtos e alimentos de origem animal e vegetal é de fundamental importância para a adequada proteção do consumidor, bem como para assegurar a competitividade da agroindústria brasileira, tanto para o comércio nacional como internacional, contribuindo para a redução do Custo Brasil e adequando, ainda, às regras e padrões internacionais nos termos dos acordos da OMC, especialmente de Agricultura. Ressalta-se ainda a influência e interação com outras áreas e atividades, como o melhoramento da produtividade agrícola e pecuária, demanda de pesquisas aplicadas, melhor implementação dos sistemas de classificação de vegetais e de carcaças de animais, políticas de abastecimento e comercialização.

1.2 - Resultados da Execução Física da Inspeção de Produtos de Origem Animal do SIFISA/DDA/SFA-AM

Os resultados alcançados pelo SIFISA (INSPEÇÃO), no cumprimento das atribuições do Setor têm sido limitados em função do número exíguo dos recursos humanos não só de fiscais, como também dos servidores administrativos e agentes de inspeção da área meio; Assim, com metas mais realistas, todo o procedimento de fiscalização planejado para 2012 foi atingido.

1.2.1 – Análise Crítica quanto à execução física das ações realizadas

1.2.1.0 – Supervisões Industriais

Esta meta não foi completamente atendida por ter havido a maior cheia de todos os tempos o que deixou fechado o frigorífico de exportação (SIF 1896) e um outro frigorífico (SIF 3640) localizados no município de Iranduba, grande parte do ano, cerca de 5 meses, o SIF 3382 permaneceu por boa parte do ano sem funcionamento por opção da própria empresa inviabilizando o cumprimento da programação. Os outros frigoríficos foram todos fiscalizados.

1.2.1.1 - Análise de Rotulagens

Esta meta é atendida sob demanda, de acordo com o número de registros de rotulagens, produtos e processos ou suas alterações. É uma atividade interna que consome muitos dias de

serviço dos fiscais, uma vez que devem ser consultadas variadas fontes de leis, instruções, normas e resoluções, tanto do MAPA quanto da ANVISA e do INMETRO. Os produtos e processos são analisados sob o ponto de vista do atendimento aos requisitos definidos por meio dos regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade, quando existentes, mais o cumprimento das normas referentes às exigências sobre rotulagens. Este trabalho também depende tempo em atendimentos para orientação aos responsáveis técnicos (RT) de cada empresa pleiteante, para correção dos erros apresentados.

1.2.1.2-Colheita de amostra para Análise

Esta meta relaciona-se a colheitas de amostra para o PNCR, colheita de amostras para análise microbiológica e físico-química dos produtos fornecidos pelas empresas cadastradas ao MAPA e produtos de origem animal coletados no combate a fraude. Existe uma programação anual feita com o intuito de verificar a inocuidade dos alimentos. Como também, verificar a qualidade dos produtos importados. No ano corrente, além da meta estabelecida, a mesma foi dobrada devido a um grande número de análises feitas em um pescado congelado que se encontrava em câmara frigorífica clandestina mas que pertencia a um dos SIFS instalados na região.

1.2.1.3- Anuência de Importação

Os procedimentos de anuência de importação são demandas provocadas pelas casas atacadistas que realizam o Comércio Internacional de produtos de origem animal que necessitam do aval da Inspeção local e desembaraço do trânsito internacional através de colheita de amostra, e desembaraço através do SISCOMEX. Esse procedimento teve um aumento significativo em 2012.

1.2.2- Quantitativo de Produtos de Origem Animal Inspeccionados

No estado do Amazonas o SIFISA/DDA/SFA-AM inspeciona as indústrias de pescados, carne, leite e mel.

O quadro abaixo apresenta o quantitativo da produção, por categoria, de produtos inspeccionados no exercício de 2012.

| 1.1.1.1 PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS | | |
|---|-------------------|-------------------|
| 1 . PESCADOS E DERIVADOS | Quantidade | Unidade de Medida |
| Peixe inteiro congelado | 18.332.746 | Quilogramas |
| Peixe eviscerado congelado | 7.803.882 | Quilogramas |
| Filé de peixe congelado | 1.416.495 | Quilogramas |
| Peixe congelado em posta | 823.322 | Quilogramas |
| Polpa de peixe congelada | 174.768 | Quilogramas |
| Peixe eviscerado congelado - exportação | 25.950 | Quilogramas |
| TOTAL | 28.577.163 | |
| 2. CARNE E DERIVADOS (comestíveis) | Quantidade | Unidade de Medida |
| Carne resfriado de bovino com osso | 13.393.897 | Quilogramas |
| Carne resfriado de bovino sem osso | - | Quilogramas |
| Miúdos resfriados de bovino | - | Quilogramas |
| Miúdos congelados de bovino | 872.432 | Quilogramas |
| Carne congelado de bovino | 60.140.654 | Quilogramas |

| | | | |
|--|--|-------------------|-------------------|
| 1.2 | TOTAL | 74.406.983 | |
| 3. PRODUTOS (não comestíveis) | | Quantidade | Unidade de Medida |
| | Farinha carne e ossos | 984.270 | Quilogramas |
| | Pele salgada de bovino | - | Quilogramas |
| | Pele fresca de bovino | 2.708.584 | Quilogramas |
| | Sebo | 1.550.510 | Quilogramas |
| | Bile | 4.124 | Quilogramas |
| | Cauda e crina | 89.563 | Quilogramas |
| | Casco e chifre | 420.550 | Quilogramas |
| 1.2.1 | TOTAL | 5.757.601 | |
| 4. LEITE E DERIVADOS | | Quantidade | Unidade de Medida |
| | Leite em pó integral | 959.862 | Quilogramas |
| | Composto lácteo | 1.835.870 | Quilogramas |
| | Iogurte com polpas de frutas | 2.154.303 | Quilogramas |
| | Queijo minas frescal | 65.219 | Quilogramas |
| | Ricota fresca | 11.707 | Quilogramas |
| TOTAL | | 5.026.961 | |
| 5. MEL E DERIVADOS | | Quantidade | Unidade de Medida |
| | Mel de abelhas | 52.898 | Quilogramas |
| | Mel de abelhas com própolis | 883 | Quilogramas |
| | Extrato de Própolis | 666 | Litros |
| | Mel de abelhas com 0,2% de óleo de eucalipto | 13.160 | Quilogramas |
| TOTAL | | 67.607 | |
| 6. PRODUTOS | | Quantidade | Unidade de Medida |
| | Própolis em solução alcoólica | 38 | Litros / ml. |
| TOTAL | | 38 | Litros / ml. |

1.2.3 Restos a pagar:

Os valores reais e faturas de combustível do mês de dezembro só são apresentados no ano seguinte, sendo que desta forma parte ou total dos recursos empenhados são mantidos em restos a pagar até a finalização destes pagamentos. Os restos a pagar que foram lançados como “não processados” já foram devolvidos por não ter sido necessários.

1.3. Iniciativas

1.3.1. Código 0278 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal

A garantia da inocuidade dos alimentos, dos padrões de conformidade dos produtos e do cumprimento das exigências sanitárias nos procedimentos industriais visam a oferta de produtos e subprodutos de boa qualidade e seguros do ponto de vista sanitário e de padronização, bem como a sustentação da credibilidade nos mercados nacional e internacional.

A emergência de doenças veiculadas por alimentos tornou urgente a adoção de medidas que objetivam minimizar os riscos da ingestão de produtos de origem animal. A globalização dos mercados, com a redução e/ou eliminação de barreiras tarifárias, acentuou a importância das barreiras sanitárias ao comércio de alimentos.

As ações das atividades de controle dos produtos no mercado, visam impedir a comercialização de produtos com padrões abaixo das exigências legais, isto é, impróprios para o consumo, contribuindo assim, para a segurança alimentar dos consumidores.

Atingimos a implementação escrita e física dos Manuais de APPCC.

1.3.2. Código 0277 – Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal.

O plano nacional de controle de resíduos visa o controle dos produtos de origem animal no que refere-se aos contaminantes, verificando nos alimentos a presença de resíduos de medicamentos veterinários e contaminantes ambientais que podem vir a prejudicar o fornecimento de alimentos seguros à população. Esse plano tem inspeção permanente no frigorífico de bovino e encontra-se em pleno funcionamento no estado; E inspeção periódica nos frigoríficos de pescado.

1.3.3. Código 0276 – Combate à clandestinidade em produtos de origem animal.

Um dos focos da inspeção é o combate à clandestinidade em produtos de origem animal, um grande impedimento dos controles de qualidade dos alimentos. No ano de 2012, 14 infrações foram dadas a empresas sem registro no Estado que foram obrigadas a se registrar em algum serviço de Inspeção Oficial e padronizar os procedimentos para seu funcionamento dentro das medidas sanitárias necessárias.

1.4 – Considerações Finais

A previsão física no POA de 2012 foi menor do que a planejada devido ao Decreto Presidencial que solicitou a diminuição no orçamento público. O planejamento realizado para o ano corrente, feito sob a visão da real capacidade de execução pelo quantitativo de servidores disponíveis, alcançou a meta esperada para o ano.

Há algum tempo o DIPOA já havia inserido nas tarefas rotineiras a avaliação da implantação e da execução, por parte da indústria inspecionada, dos programas de autocontrole. As modernas legislações dirigidas ao controle sanitário de alimentos tratam esses controles como pré-requisitos básicos para a instalação e funcionamento das indústrias; O que explica os índices iniciais e finais do indicador de estabelecimentos com controle sanitário.

Atingimos a implementação escrita e física dos Manuais de APPCC.

Implementamos um maior combate à clandestinidade de produtos de origem animal, fechando uma dezena de indústrias que não possuíam inspeção municipal, estadual ou federal. Esse combate foi feito em vários municípios do Estado. Aumentando o controle no estado da grande quantidade de produtos clandestinos que chegavam nas mãos da população.

Além disso, as importações no Estado tiveram um crescimento significativo o que demonstra uma maior facilidade do Estado em acessar o Ministério da Agricultura e os postos nos portos da Vigilância Agropecuária Internacional para recebimento de produtos de origem animal importados.

1. Programa 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

| Identificação da Ação | | | | | | |
|--|---|---|--|--|--|--|
| Código | | Código 013F | | | | |
| Descrição | | Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários. | | | | |
| Iniciativa | | Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental. | | | | |
| Unidade Responsável | | Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA | | | | |
| Unidade Orçamentária | | Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas – SFA/AM (130090) | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| FISPROVET (14.693,00) | FISPROVET (9.024,51) | FISPROVET: (309014) 1.996,50 (309030) 2.300,00 (309033) 4.728,01 | FISPROVET: (309014) 1.971,19 (309030) 1.293,12 (309033) 4.475,52 | FISPROVET: (309014) 0,00 (309030) 451,14 (309033) 0,00 | FISPROVET: (309014) 0,00 (309030) 555,74 (309033) 0,00 | FISPROVET: (309014) 1.971,19 (309030) 1.293,12 (309033) 4.475,52 |
| FISCINAN (17.600,00) | FISCINAN (3.550,00) | FISCINAN: (309014) 1.250,00 (309030) 2.300,00 (309033) 0,00 | FISCINAN: (309014) 1.239,17 (309030) 1.529,62 (309033) 0,00 | FISCINAN: (309014) 0,00 (309030) 364,97 (309033) 0,00 | FISCINAN: (309014) 0,00 (309030) 410,41 (309033) 0,00 | FISCINAN: (309014) 1.239,17 (309030) 1.529,62 (309033) 0,00 |
| TOTAL: (32.293,00) | TOTAL: (12.574,51) | TOTAL: 12.574,51 | TOTAL: 10.508,62 | TOTAL: 816,11 | TOTAL: 966,15 | TOTAL: 10.508,62 |
| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 1 | Ação 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal (Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários - DFIP/SDA) | Fiscalização realizada | 2 | 2 | 0 | 0 |
| 2 | Ação 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal (DFIP/SDA) | Fiscalização realizada | 47 | 52 | R\$ 17.600,00 | R\$ 3.128,76 * |
| 3 | Ação 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário (DFIP/SDA) | Fiscalização realizada | 41 | 49 | R\$ 14.693,00 | R\$ 7.739,83 * |

FONTE: PPA 2012-2015

* pagos em 2012 + restos a pagar já processados, liquidados e pagos em 2013)

1.2. Análise Crítica

1.2.1 Cumprimento das metas:

Todas as metas físicas foram atingidas. As metas financeiras não foram atingidas, no FISCINAN foram programados investimentos, porém não houve liberação de recurso. Informo ainda a precariedade das instalações e equipamentos devido a não liberação de recurso. Na sala dos fiscais responsáveis pela fiscalização de insumos pecuários não possui ar condicionado, item básico por nos encontrarmos no norte do país.

1.2.2 Eventuais problemas de execução:

Não liberação de recurso para a aquisição de material permanente.

1.2.3 Restos a pagar:

Os valores reais e faturas de combustível do mês de dezembro só são apresentados no ano seguinte, sendo que desta forma parte ou total dos recursos empenhados são mantidos em restos a pagar até a finalização destes pagamentos. Os restos a pagar “não processados” já foram devolvidos por não mais serem necessários.

1.3 Gestão das ações

1.2.1 Ação 2140 – Fiscalização de Produtos Veterinários (FISPROVET)

Descrição:

- Licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais e registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento. Capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação, auditoria, segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais. Fiscalização das condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos fabricantes, importadores, fracionadores e comerciantes de produtos de uso veterinário.

Objetivo:

- Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.

1.2.2. Ação 2124 – Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal (FISCINAN)

Descrição

- Fiscalização das condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos fabricantes, importadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; Realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento dos processos de fiscalização; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais sobre insumos destinados à alimentação animal.

Objetivo:

- Fiscalização de insumos destinados à Alimentação Animal (FISCINAN) - Garantir as condições adequadas no processo de fabricação, inclusive higiênico-sanitária, e assegurar a conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal. Lei nº 6.296 de 11 de dezembro de 2007 - Dispõem sobre a Inspeção e a Fiscalização Obrigatórias dos Produtos Destinados à Alimentação Animal e dá outras Providências.

1.2.3. Ação – Fiscalização de Material Genético Animal (FISCGENE)

Descrição:

- Realização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializam ou distribuem, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade, incluindo ainda para isso análises fiscais em laboratórios oficiais nos produtos terminados. Capacitação de fiscais federais

agropecuários em biotecnologia da reprodução, boas prática de manipulação e auditoria. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.

Objetivo:

- Fiscalização de Material Genético Animal (FISCGENE) - Garantir a conformidade dos materiais destinados à reprodução animal. Lei nº 6.446 de 05 de outubro de 1977 - Dispõe sobre a Inspeção e a Fiscalização Obrigatórias do Sêmen Destinado à Inseminação artificial em Animais Domésticos e dá outras Providências. Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.

Objetivo:

- Fiscalização de Material Genético Animal (FISCGENE) - Garantir a conformidade dos materiais destinados à reprodução animal. Lei nº 6.446 de 05 de outubro de 1977 - Dispõe sobre a Inspeção e a Fiscalização Obrigatórias do Sêmen Destinado à Inseminação artificial em Animais Domésticos e dá outras Providências. Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.

Programa 2028 – Defesa Agropecuária

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

| Identificação da Ação | | | | | | | |
|--|--|--|-------------------------------|---------------------------|-------------------------------|-------------------------------|--|
| Código | | Código 013E | | | | | |
| Descrição | | Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas. | | | | | |
| Iniciativa | | Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (CGAA/SDA) | | | | | |
| Unidade Responsável | | Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA | | | | | |
| Unidade Orçamentária | | Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas – SFA/AM (130090) | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00) | | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | | |
| FISAGROTOX (309030) 450,00 | FISAGROTOX (309030) 450,00 | FISAGROTOX (309030) 450,00 | FISAGROTOX (309030) 109,26 | FISAGROTOX - | FISAGROTOX (309030) 340,74 | FISAGROTOX (309030) 109,26 | |
| TOTAL: 450,00 | TOTAL: 450,00 | TOTAL: 450,00 | TOTAL: 109,26 | TOTAL: - | TOTAL: 340,74 | TOTAL: 109,26 | |
| Metas do Exercício Para a Iniciativa | | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada | |
| 1 | Ação 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (CGAA/SDA). | - | Não houve POA 2012 | Não houve POA 2012 | R\$ 450,00 | R\$ 109,26 | |

Fonte: PPA 2012-2015

1.2. Análise Crítica

1.2.1 Cumprimento das metas:

Ação 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (CGAA/SDA)

A fiscal responsável técnica pelas ações do plano interno FISAGROTOX encontrava-se afastada de licença maternidade de junho a novembro de 2011, período em que geralmente são elaborados os planos operativos para o ano seguinte. Deste modo, não houve elaboração de POA FISAGROTÓXICO 2012. Porém, em março de 2012 houve o Encontro de Fiscalização e Seminário sobre agrotóxicos – etapa Regional Norte, realizada em Manaus – AM, no período de 6 a 8/03, objetivando a participação de gestores dos serviços Estaduais de fiscalização do comércio e uso de agrotóxico na região Norte. A Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas apoiou a realização do evento uma vez que os colaboradores da CODESAV responsáveis pela organização haviam sido desligados do órgão, pois, o órgão encontrava-se em processo de finalização de concurso público e convocação dos aprovados para os cargos de Fiscal Estadual.

Os representantes dos Órgãos Estaduais de Defesa Sanitária Vegetal (OEDSVs) da Região Norte e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) reunidos em Manaus, AM, como parte das atividades do 10º Encontro de Fiscalização e Seminário sobre Agrotóxicos – ENFISA, considerando a necessidade da implementação de técnicas de manejo integrado de pragas e de boas práticas agrícolas, redução de casos de intoxicação de aplicadores, de contaminação do ambiente e de resíduos em alimentos e ainda a necessidade de fortalecimento das ações de fiscalização de agrotóxicos e, após ouvidas e aprovadas as sugestões apresentadas durante o encontro para conhecimento e providências que couberem, de todos os organismos nacionais e à sociedade organizada, aprovaram, acataram e deliberaram sobre a Carta de Manaus assinada após a finalização do evento, disponível no site <http://www.enfisa.com.br/cartas/>. Dentre as deliberações ficou registrado que o início das ações de fiscalização do uso e comércio de agrotóxicos pela CODESAV seria imediato, sendo os resultados apresentados no próximo evento regional. O órgão de Defesa Estadual estava em processo de convocação dos aprovados no concurso para o cargo de Fiscal Agropecuário. Registrou-se ainda a necessidade de treinamento dos fiscais estaduais, os OEDSVs deveriam enviar para Superintendência Federais de Agricultura um plano de trabalho para viabilização de diárias e transporte para ações de fiscalização conjunta (OESDA + SFA/MAPA), incluindo a realização de treinamentos sobre a legislação federal. Em conformidade com o previsto no art. 12 da Lei nº 7.802/89, e mediante manifestação de apoio da CGAA, informamos a possibilidade de planejamento, através da inserção no plano operativo do plano interno FISAGROTOX, o treinamento dos novos fiscais para que a fiscalização do uso e comércio fosse iniciada, conforme determina o art. 10 da referida lei, e Inciso II do art. 71 do Decreto nº 4.074/2002, foi encaminhado Ofício nº 0273/2012/GAB/SFA-AM à CODESAV, sem retorno.

Em virtude do disposto no Inciso I do Artigo 71 do Decreto nº 4.074/2002 regulamentador da Lei nº 7.802/1989 que prevê as competências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da agricultura, saúde e meio ambiente, as ações de fiscalização realizadas pela SFA-AM referem-se ao uso de agrotóxicos e afins em tratamentos quarentenários e fitossanitários realizados no trânsito internacional de vegetais e suas partes. Não existem estabelecimentos de produção de agrotóxicos e afins no Estado e conseqüentemente não há registros de exportação, e a importação de agrotóxicos é atendida sob demanda, não havendo registros de importações recentes.

1.2.2 Eventuais problemas de execução:

A SFA-AM, representando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tem demonstrado-se disponível para viabilizar as ações de apoio ao Estado, previsto no Inciso XII do artigo 2º do Decreto nº 4.074/2002, no que tange as ações de controle e fiscalização dos agrotóxicos, seus componentes e afins, porém, não tem sido registrados avanços quanto ao início da fiscalização do

uso e comércio de competência do estado previsto no Inciso II do Artigo 71 do Decreto nº 4.074/2002. Em diversas reuniões que tratam do assunto envolvendo o órgão de Defesa Estadual, o CREA-AM e diversos representantes do segmento o MAPA (SFA-AM) tem destacado a preocupação em relação a ausência de fiscalização do uso e comércio de agrotóxicos no Estado, uma vez que o Amazonas é o único Estado que não controla a venda dos defensivos agrícolas (agrotóxicos) usados na produção de alimentos, o que implica em sérios riscos à saúde da população amazonense, pelo uso indiscriminado dos mesmos.

1.2.3 Restos a pagar:

Os valores reais e faturas de combustível do mês de dezembro só são apresentados no ano seguinte, sendo que desta forma parte ou total dos recursos empenhados são mantidos em restos a pagar até a finalização destes pagamentos, para o plano interno em questão o valor R\$340,74 correspondente a restos a pagar não processados não foram utilizados e conseqüentemente devolvidos.

1.2.4. Superações significativas das metas estabelecidas:

Não houve superação de metas, pois, não houve planejamento de ações para o ano de 2012.

1.3. Gestão das ações

Ação 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (CGAA/SDA)

Descrição:

A atividade de fiscalização de agrotóxicos e afins tem respaldo na Lei 7.802/89 e no Decreto 4.074/2002. A sua execução se realiza nas indústrias produtoras, no insumo importado e exportado, nas unidades de pesquisa que realizam teste para fins de registro de agrotóxicos. As Atividades que se realizam como sendo “Fiscalização” do ponto de vista programático, é na realidade, um conjunto de processos que se inicia com o registro do insumo. O registro de agrotóxicos além de ser complexo a ponto de envolver dois outros Ministérios (Meio Ambiente representado pelo IBAMA e o da Saúde representado pela ANVISA) estão associados a ela, fiscalização, os processos amostral e de análise laboratorial. Ao poder público cabe tratar com todo zelo dessas questões sob pena de, no futuro, vermos comprometidas o espaço conquistado pelo país mercado externo de produtos agropecuários. A criação e manutenção da confiança dos compradores dependem em muito da capacidade de execução das atividades e de controle de qualidade, exigidas do Estado, principalmente pelos compradores externos. O processo de fiscalização é executado pelo Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA das Superintendências Federais de Agricultura do MAPA situadas nas Unidades da Federação em colaboração e sob a coordenação da CGAA/DFIA, vinculados à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Objetivo:

- Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos agrotóxicos e afins disponibilizadas para a agricultura nacional, com vistas a assegurar a o combate as pragas das culturas com o mínimo dano possível ao meio ambiente e por conseqüência contribuindo assim para a sustentabilidade do agronegócio.

2. Programa 0368 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

| Identificação da Ação (2141) – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes -FISFECOI | | | | | | |
|--|---|---|-------------------------|-----------------|-----------------|----------------------|
| Código | | 013E | | | | |
| Descrição | | Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas. | | | | |
| Iniciativa | | Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental. | | | | |
| Unidade Responsável | | Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA | | | | |
| Unidade Orçamentária | | Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas – SFA/AM (130090) | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 30.514,90 | 19.682,69 | (339014) 9.276,78 | (339014) 9.276,78 | (339030) 575,44 | - | (339014) 9.276,78 |
| | | (339030) 1.251,00 | (339030) 675,56 | | | (339030) 675,56 |
| | | (339033) 8.180,00 | (339033) 8.180,00 | | | (339033) 8.180,00 |
| | | (339093) 305,00 | (339093) 305,00 | | | (339093) 305,00 |
| | | TOTAL: 19.012,78 | TOTAL: 18.437,34 | | | TOTAL: 575,44 |
| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Ação (2141) – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes –FISFECOI Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA/SDA | Fiscalização realizada | 50 | 61 | R\$ 30.514,90 | R\$ 18.437,34 |

Fonte: PPA 2012-2015, SIAFI, SIPLAN, POA 2012, Relatório Mensal

1.2. Análise Crítica

Objetivo:

Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.

A ação de Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes têm como objetivo as seguintes atividades/metad: Registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes e corretivos, bem como registro de produtos. Fiscalização de estabelecimentos e produtos para verificação de análise de conformidade.

1.2.1 Cumprimento das metas:

Apesar das dificuldades ocorridas durante o exercício, pelo acúmulo de serviços, pois o PI, ainda conta com apenas 1 FFA, a meta estabelecida para essa ação foi atingida, sendo cumprida em mais de 122%. Isso acontece pela otimização das viagens de modo que ações de fiscalizações envolvem Insumos Agrícolas como um todo, de modo que numa mesma fiscalização são realizados trabalhos nas duas áreas (fertilizantes e sementes e mudas), possibilitado a diminuição do custo final da fiscalização.

Na questão financeira, foi programado no POA/2012 para fiscalização do comércio e produção de fertilizantes, o valor de R\$ 30.514,90, excluindo custo de investimento. Foi disponibilizado R\$ 19.682,69 que representou aproximadamente 64,15 % do valor inicialmente programado, sem incluiu material permanente.

A meta física Fiscalização de Estabelecimento Produtor de Fertilizantes foi cumprida em 100%. A programação financeira foi incluída na fiscalização de estabelecimento comercial. As fiscalizações ocorreram para apuração de denúncia de produção e comércio de Fertilizantes Orgânico, fiscalizações de rotina para verificação das condições das instalações, equipamentos, ordem de produção notas fiscais de entrada e saída, e coleta de amostras para análise de conformidade.

Houve a participação do FFA na V Reunião Anual de Insumos Agrícolas em Fós do Iguaçu – PR, onde foram abordados questões sobre procedimentos padrões de fiscalização e assuntos de interesse do SIFISV na área de fertilizantes e corretivos.

Das 71 fiscalizações em 2012, representaram 57 fiscalizações em estabelecimento comercial, 1 em produtor de corretivo e 13 fiscalizações em produtos. Destes, 4 coletas de amostra de fertilizante mineral simples; representando 51 toneladas, 8 amostras de mineral misto; total de 141 toneladas, e 1 amostra de corretivo; total de 21 toneladas. Emitidos 5 autos de infração e relatado 2 processos administrativos de fiscalização que concluiu pela procedência do auto de infração e multas no valor R\$ 13.362,60 reais. Foram recebidas 12 Certificados de Análise Fiscal – CAF dentro das garantias representando 4 amostras de fertilizante mineral simples (178 toneladas), 7 mineral misto (566,5 toneladas), 1 amostra corretivo (21 toneladas). Recebemos, também, 7 Certificados de Análise Fiscal - CAF, sendo que 9 ficaram fora da garantia (2 mineral simples e 5 mineral mista).

1.2.2 Eventuais problemas de execução:

Não ocorreu disponibilização de recursos para investimento pela Coordenação de Fertilizantes, resultando na negativa re repasse para aquisição de uma motocicleta para auxílio no deslocamento no interior nas ações de fiscalização.

A carência de auxiliares administrativos para desempenharem as tarefas internas do Setor. Disso resulta que o FFA responsável pelo PI, ter que realizar tarefas como redigir ofícios, relatórios, verificar chegada de AR, coleta e preparo da amostra para laboratório, além das tarefas peculiares ao cargo. Disso resulta em processos acumulados, sobrecarga de trabalho e stress.

O quadro de pessoal de apoio do SIFISV na área de Fiscalização de Insumos Agrícolas é reduzido : um Agente de Fiscalização Agropecuária e um estagiária (só vem pelo período da manhã), realizam atividades em todas as áreas. Verifica-se que as atividades relacionadas à Ação crescem exponencialmente o que justifica a solicitação de mais 1 estagiário e 1 auxiliar para atuarem diretamente na Fiscalização de fertilizantes e Sementes e mudas.

1.2.3 Restos a pagar:

Os valores reais e faturas de combustível do mês de dezembro só são apresentados no ano seguinte, sendo que desta forma parte ou total dos recursos empenhados são mantidos em restos a pagar até a finalização destes pagamentos.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UI

| Identificação da Ação (2179) – Fiscalização de Sementes e Mudanças - FISCALSEM | | | | | | |
|--|---|---|-------------------------|-------------------------|-----------------|-------------------------|
| Código | | 013E | | | | |
| Descrição | | Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas. | | | | |
| Iniciativa | | Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental. | | | | |
| Unidade Responsável | | Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA | | | | |
| Unidade Orçamentária | | Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas – SFA/AM (130090) | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 122.593,95 | 56.256,69 | (339014) 16.534,17 | (339014) 16.534,17 | (339030) 13.071,98 | - | (339014) 16.534,17 |
| | | (339030) 19.203,00 | (339030) 6.131,02 | (339039) 190,00 | | (339030) 6.131,02 |
| | | (339033) 17.957,44 | (339033) 17.957,44 | | | (339033) 17.957,44 |
| | | (339039) 1.353,00 | (339039) 1.163,00 | | | (339039) 1.163,00 |
| | | (339093) 305,00 | (339093) 305,00 | | | (339093) 305,00 |
| | | TOTAL: 55.352,61 | TOTAL: 42.090,63 | TOTAL: 13.261,98 | - | TOTAL: 42.090,63 |
| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 01 | Ação (2179) – Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISFECOI Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA/SDA | Fiscalização realizada | 233 | 203 | R\$ 122.593,95 | R\$ 42.090,63 |

Fonte: PPA 2012-2015, SIAFI, SIPLAN, POA 2012, Relatório Mensal

1.3. Análise Crítica

Objetivo:

Geral: Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética..

Específicos: Garantir os níveis de conformidade e qualidade das sementes e mudas disponibilizadas para a agricultura nacional, com vistas a assegurar a produtividade das culturas e, por consequência contribuir para a sustentabilidade do agronegócio.

1.3.1 Cumprimento das metas:

A Fiscalização de Sementes e Mudanças consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de cultivares; 2) Inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudanças - RENASEM; 3) Fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas 3) elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e credenciamento; 4) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e nas unidades credenciadas. Acrescenta-se a esses esforços a supervisão e a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.

As metas correspondem às análises de processos para: Inscrição de Produtor de mudas e sementes, Comerciante de mudas e sementes, Credenciamento de Responsável Técnico, Inscrição de viveiro e Plantas matrizes no Registro Nacional de Sementes e Mudanças - RENASEM, não existe uma programação física, uma vez que é realizada sob demanda.

Por se tratar de análise de processual e a critério do órgão fiscalizador, fica condicionada a uma vistoria prévia, não há como prever o gasto financeiro envolvido nesta atividade.

É uma demanda que gera tempo do serviço, para análise e confecção de documentação legal, além disso, a maioria dos processos recebidos não estão completos, gerando uma série de exigências a serem solicitadas aos interessados.

No ano de 2012, destacam-se as atividades relativas ao PI FISCALSEM, desenvolvidas no estado do Amazonas:

Foram feitas 216 fiscalizações que resultaram na inscrição no Registro Nacional de Sementes e Mudanças – RENASEM, de: 35 produtores de mudas e sementes, 20 comerciantes de sementes e de mudas, credenciamento de 32 responsáveis técnicos e coletores de sementes. Foram inspecionados 4 jardins clonais com 1731 plantas, 2 áreas de planta matriz com 3099 plantas, 1 campo de plantas sem origem genética com 25 plantas, 1.580.000 mudas fiscalizadas em 47 viveiros, 188.470 mudas fiscalizadas em unidades “in vitro” e foram homologados homologados 20 campos de sementes com 386 ha, 29 viveiros com 1.378.845 mudas e 13 áreas com 3.667 plantas de planta matriz e jardim.

Foi lavrado 01 auto de infração e relatados e julgados em 1ª Instância 04 autos de infração procedente e recebido 01 processo administrativo improcedente em 2ª Instância. Foram aplicada multa no valor de R\$ 30.185,00 reais, recolhido R\$ 14.533,00 reais e multa inscrita na Dívida Ativa correspondente a R\$ 11.002,000. Recolhido total de cerca de 10.120,00 reais em taxas de inscrição/credenciamento no Registro Nacional de Sementes e Mudanças – RENASEM.

1.3.2 Eventuais problemas de execução:

Devido às características do Estado do Amazonas, com suas dimensões continentais (1.570.745,68 km²), 62 municípios, e apenas 13 interligados por via rodoviária, ao município de Manaus (sede da Superintendência), resulta no aumento do custo de fiscalização, pois a grande maioria dos deslocamentos para o interior do Estado são feitos por via área ou fluvial, onde faz-se necessário um maior número de diárias para os deslocamentos por via fluvial ou aumento do custo do deslocamento com a aquisição de passagens aéreas, redundando em aumento do gasto financeiro.

Fator que comprometeu as ações do PI FISCALSEM, foi a diminuição da força de trabalho, pois o Plano Operativo Anual 2012 foi elaborado considerando a força de trabalho de 2 servidores 1 FFA e 1 TFFA.

Há ainda um levantamento preciso das atividades relacionadas ao Sistema Nacional de Sementes e Mudanças – SNSM em todos os municípios do Estado, o que demanda deslocamentos que resultam em número de fiscalizações, acarretando um maior dispêndio financeiro e de tempo.

De modo geral, há predominância das fiscalizações pela atuação no comércio de sementes, que tem resultando na inscrição de grande número de comerciantes de sementes. Vale ressaltar que este aumento no nº de fiscalizações ocorre em função da fiscalização de sementes e mudas no comércio, visto que a Agência de Defesa Agropecuária e Florestal – ADAF, manifestou oficialmente o desinteresse em realizá-la.

Foi previsto recursos no Plano Operativo de 2012, recursos para investimento - 339052 no valor de R\$ 41.600,00 para reforma do Serviço, compra de equipamentos, entretanto a SFA/AM não foi dotada com esses recursos pelo corte de gastos pelo Executivo. Em relação à carência de auxiliares administrativos, estamos pleiteando junto à administração da SFA-AM a lotação de estagiário no SIFISV/DT/SFA-AM, o que dinamizará a execução dos trabalhos internos, resultando em melhorias no desempenho anual a ser obtido.

1.3.3 Restos a pagar:

Os valores reais e faturas de combustível do mês de dezembro só são apresentados no ano seguinte, sendo que desta forma parte ou total dos recursos empenhados são mantidos em restos a pagar até a finalização destes pagamentos.

Programa 2028 – Defesa Agropecuária

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

| Identificação da Ação | | | | | | | |
|--|--|---|--|--|---|--|--|
| Código | | Código 027A | | | | | |
| Descrição | | Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal. | | | | | |
| Iniciativa | | Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros. | | | | | |
| Unidade Responsável | | Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA | | | | | |
| Unidade Orçamentária | | Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas – SFA/AM (130090) | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00) | | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | | |
| PADCLASSIF (36.251,72) | PADCLASSIF (33.446,36) | PADCLASSIF: (309014) 8.880,94 (309030) 17.078,00 (309033) 2.692,42 (339039) 4.795,00 | PADCLASSIF: (309014) 8.880,94 (309030) 5.842,63 (309033) 2.692,42 (339039) 4.795,00 | PADCLASSIF: (309014) 0,00 (309030) 0,00 (309033) 0,00 (339039) 0,00 | PADCLASSIF: (309014) 0,00 (309030) 10.826,70 (309033) 0,00 (339039) 3.219,72 | PADCLASSIF: (309014) 8.880,94 (309030) 5.842,63 (309033) 2.692,42 (339039) 4.795,00 | PADCLASSIF: (309014) 8.880,94 (309030) 5.842,63 (309033) 2.692,42 (339039) 4.795,00 |
| TOTAL: 36.251,72 | TOTAL: 33.446,36 | TOTAL: 33.446,36 | TOTAL: 22.210,99 | TOTAL: 0,00 | TOTAL: 14.046,42 | TOTAL: 22.210,99 | TOTAL: 22.210,99 |
| Metas do Exercício Para a Iniciativa | | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada | |
| 1 | Ação 4746 – Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos vegetais (Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - DIPOV/SDA) | Fiscalização realizada | 70 | 25 | 36.251,72 | 22.210,99 | |

Fonte: PPA 2012-2015

1.2. Análise Crítica

1.2.1 Cumprimento das metas:

As metas estabelecidas para 2012 foram prejudicadas tendo em vista que a única Fiscal Federal Agropecuária, responsável pela execução das ações esteve ausente pelo período de março a setembro para tratamento médico. Em decorrência disso outra Fiscal foi removida para atuar na área da Qualidade Vegetal, entretanto houve necessidade de ser treinada previamente na área. Além disso, ocorreram problemas de logística tais como: falta de veículo e apoio técnico. Nesse Período as ações estiveram voltadas para Relatoria de Processos Administrativos para apuração de infração, renovação e credenciamento de entidades prestadoras de serviço de classificação vegetal, cadastramento de empresa no Sistema de Cadastro dos Agentes da Cadeia Produtiva de Vegetais e seus Produtos – SICASQ, dentre outras.

1.2.2 Eventuais problemas de execução:

Os principais problemas na execução são enfrentados na área financeira, quanto à aquisição de material e equipamentos. Os recursos financeiros são programados e liberados, porém não conseguimos utilizá-los em sua totalidade devido à deficiência na área administrativa, inclusive falta de pessoal qualificado. Muitas vezes quando ocorrem as licitações/pregões a aquisição é realizada, entretanto os materiais adquiridos não condizem com os solicitados, prejudicando as ações de fiscalização.

1.2.3 Restos a pagar:

De acordo com informações do Setor Financeiro houve atraso no pagamento das faturas de combustível do mês de dezembro, que foram apresentadas pela empresa fornecedora em janeiro de 2013 sendo que desta forma parte ou total dos recursos empenhados são mantidos em restos a pagar até a finalização destes pagamentos. Os restos a pagar “não processados” já foram devolvidos por não mais serem necessários.

A.4.4 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

| Identificação da Ação | | | | | | |
|--|---|------------------------|---------------|----------------|------------------|------------------|
| Código | Ação 2180 Ação 2181 | | | | | |
| Descrição | Ação 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais , seus Produtos e Insumos. Ação 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais , seus Produtos e Insumos. | | | | | |
| Iniciativa | Código 012J - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos agropecuários | | | | | |
| Unidade Responsável | Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA | | | | | |
| Unidade Orçamentária | Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas – SFA/AM (130090) | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 93.600,00 | 106.717,03 | 93912,45 | 67.309,68 | - | - | 65.432,36 |
| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| Ação 2180 | Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais , seus Produtos e Insumos | Fiscalização Realizada | 54.804 | 54.712 | 93.600,00 | 64.432,36 |
| Ação 2181 | Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais , seus Produtos e Insumos. | Fiscalização Realizada | 1.060 | 876 | | |

Análise Crítica

- **Cumprimento das metas:** As metas físicas foram cumpridas a contento, observando que a unidade de medida (fiscalização realizada) é de acordo com a demanda do público;
- **Eventuais problemas de execução:** problemas na licitação e compra de materiais permanentes e de pneus;
- **Restos a pagar:** O pagamento do combustível do mês de dezembro é realizado no mês de janeiro do ano subsequente e o restante devolvido para união.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCORGEN

A.4.4 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

| Identificação da Ação | | | | | | |
|--|--|--|----------------------------------|----------------|-----------------|---------------|
| Código | | 4745 | | | | |
| Descrição | | Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados | | | | |
| Iniciativa | | Desenvolvimento e modernização dos instrumentos de fiscalização de atividades com OGM. | | | | |
| Unidade Responsável | | Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA | | | | |
| Unidade Orçamentária | | Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas – SFA/AM (130090) | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 5.394,50 | 5.394,50 (309014) 3.654,50 (309033) 1.740,00 | 356,04 (309014) 356,04 | 356,04 (309014) 356,04 | | | 356,04 |
| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 1 | Realizar fiscalização de atividades com OGM. | Fiscalização realizada | 6 | 7 | 5.394,50 | 356,04 |

1.2. Análise Crítica

1.2.1 Cumprimento das metas:

Todas as metas físicas foram cumpridas. O não cumprimento das metas financeiras se deu devido ao fato de que as fiscalizações haviam sido programadas para o sul do estado, região onde existe uma maior tradição agrícola. Porém, ações nessa região dependem da disponibilidade de órgão parceiros em ceder pessoal e veículo, uma vez que o deslocamento por estrada é difícil dada as condições da única estrada que liga Manaus ao sul do estado (BR 319).

Como foi impossível realizar a ação conjunta, optou-se por realizar as fiscalizações no entorno de Manaus, área de agricultura de subsistência.

Mesmo assim, foi possível coletar nove amostras de milho, das quais 3 apontaram para a presença de transgênicos no estado.

Esta informação serviu para alimentar a base de dados do mapa em relação ao cultivo de OGM na região amazônica.

1.2.2 Eventuais problemas de execução:

O déficit de servidores é uma constante desprezada pela alta cúpula do MAPA. Isso acaba refletindo negativamente no cumprimento das metas.

O SIFISV contava com sete fiscais, incluindo a chefia, para realizar fiscalizações da inspeção vegetal, fiscalização de insumos agrícolas e sanidade vegetal. Destes, um ficou ausente por um longo período por motivo de saúde, outro também por motivo de saúde, trabalha em horário especial. A ausência de um único fiscal, que atua na área da qualidade vegetal, uma das que possui maior demanda, fez com que houvesse um rearranjo interno, prejudicando de alguma forma, a execução de várias áreas.

Aliado a isso, houve o problema da incompatibilidade de agenda com os órgãos parceiros, o que fez com que tivéssemos que adotar uma programação alternativa.

As metas financeiras não foram atingidas, por falta de recursos humanos, o que fez que com as fiscalizações no interior do estado ficassem limitadas, impossibilitando o uso dos recursos inicialmente programados.

1.2.3 Restos a pagar:

Não houve restos a pagar.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UI

| Identificação da Ação | | | | | | |
|--|--|---|-------------|----------------|-----------------|-------------------|
| Código | | 8939 | | | | |
| Descrição | | Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal. | | | | |
| Iniciativa | | Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros. | | | | |
| Unidade Responsável | | Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA | | | | |
| Unidade Orçamentária | | Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas – SFA/AM (130090) | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 27.681,20 | 11.193,80 | 7.942,73 | 5.950,71 | | 1.992,02 | |
| | (309014) | (309014) | (309014) | | (309030) | |
| | 5.982,60 | 3.075,63 | 3.075,63 | | | 5.950,71 |
| | (309030) | (309030) | (309030) | | | (309014) 3.075,63 |
| | 2.211,20 | 2.211,20 | 219,18 | | | (309030) 219,18 |
| | (309033) | (309033) | (309033) | | | (309033) 2.655,90 |
| | 3.000,00 | 2.655,90 | 2.655,90 | | | |
| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 1 | Percentual de estabelecimentos fiscalizados em relação ao total programado | Estabelecimento inspecionado | 35 | 26 | 27.681,20 | 5.950,71 |
| | | | | | | |

1.2. Análise Crítica

1.2.1 Cumprimento das metas:

Todas as metas físicas foram cumpridas se levarmos em conta as inspeções realizadas, ou seja, foram programadas 35 inspeções e realizadas 36.. Porém, parte dos Termos de Inspeção foram relativos a vistorias para fins de registro e para apuração de denúncia envolvendo estabelecimentos clandestinos, incorrendo em retorno aos mesmos estabelecimentos.

Desta forma, o número de estabelecimentos inspecionados foi de 26, perfazendo 74,28% do que fora programado.

1.2.2 Eventuais problemas de execução:

Dois fatores contribuíram para o não alcance da meta: 1) o SIFISV contava quatro fiscais para realizar fiscalizações da inspeção vegetal (dois para a área de bebidas e dois para a qualidade vegetal). Destes, um ficou ausente por um longo período por motivo de saúde, outro também por motivo de saúde, trabalha em horário especial e um terceiro passou boa parte do tempo auditando empresas de agrotóxicos (área até então com pouca fiscalização). Restou portanto, apenas um fiscal para realizar as fiscalizações no período de janeiro a setembro, bem como para a relatoria de processos de auto de infração (não apenas da área de bebida) e análise de processos de importação de bebidas; 2) remoção do FFA responsável pela área de bebida, que, embora substituído prontamente, fez com que levasse certo tempo para que os substitutos se familiarizassem com a atividade.

As metas financeiras não foram atingidas, em parte por falta de recursos humanos, o que fez com que as fiscalizações no interior do estado ficassem limitadas e, em parte por problemas na área administrativa, que tem dificuldades em atender a demanda da área técnica.

Salientamos que o déficit de pessoal na SFA-AM é algo que vem sendo alvo de gestões junto a administração superior do MAPA ao longo dos últimos anos sem que nenhuma providência tenha sido adotada para sanar o problema. É incompreensível que o órgão não adote nenhuma medida para resolver o problema do sucateamento do quadro de pessoal, principalmente na área administrativa onde a maioria dos servidores já possui idade para requerer a aposentadoria. A falta de pessoal na área administrativa compromete diretamente as ações da área técnica, uma vez que a compra de material, contratos de serviços, manutenção de equipamentos acaba limitando as ações de fiscalização.

1.2.3 Restos a pagar:

De acordo com informações do Setor Financeiro houve atraso no pagamento das faturas de combustível do mês de dezembro, que foram apresentadas pela empresa fornecedora em janeiro de 2013 sendo que desta forma parte ou total dos recursos empenhados são mantidos em restos a pagar até a finalização destes pagamentos.

Os restos a pagar “não processados” já foram devolvidos por não mais serem necessários.

1- PROGRAMA: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

1.1 OBJETIVO: 0744 – Incentivar o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

| Identificação da Ação | | | | | | |
|--|---|-----------------------|-------------|----------------|-----------------|---------------|
| Código | 4720 | | | | | |
| Descrição | Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica. | | | | | |
| Iniciativa | 02X3 - Fiscalização e aplicação de outros mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica, entregando à sociedade produtos orgânicos com qualidade oficialmente controlada | | | | | |
| Unidade Responsável | Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG/SFA/AM | | | | | |
| Unidade Orçamentária | 130090 | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 10.864,12 | 10.864,12 | 9.080,96 | 8.680,96 | | | 8.680,96 |
| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 1 | Fiscalização de propriedades rurais e estabelecimentos credenciados e/ou certificados | unidade | 0 | 0 | 10.864,12 | 8.680,96 |
| 2 | Capacitar produtores e técnicos do setor em mecanismos de controle da qualidade orgânica | Prod./Téc. capacitado | 40 | 40 | | |
| 3 | Implantar e garantir o funcionamento da Comissão da Produção Orgânica no Amazonas | Comissão funcionando | 1 | 1 | | |

Cumprimento das metas físicas - Dentre as metas físicas realizadas destacamos:

- Funcionamento da CPOrg/AM, que em suas reuniões tem alcançado o quorum necessário e delas tem se planejado uma série de atividades paralelas como, por exemplo, a estruturação de uma Rede de agricultores e OPAC vinculada. Este trabalho está sendo desenvolvido a quatro anos principalmente com agricultores de Manaus e entorno.
- Visita técnica de produtores orgânicos na região metropolitana de Manaus – 18 produtores, envolvendo principalmente produtores da APOAM. Estas visitas são contextualizadas em um processo de formação e troca de experiência realizado em parceria com entidades membros da CPOrg/AM.
- Processo de esclarecimento da legislação de Garantia da Qualidade Orgânica no estado. Esta é uma atividade realizada transversalmente em muitas das ações que realizamos. Cada atendimento a prefeitura, associação ou entidade de classe, cada viagem realizada em que temos contato com prefeituras e associações de agricultores este assunto é desenvolvido, explicado no possível e nos colocamos a disposição de aprofundamento através de palestra e/ou oficina local. Foi organizada também uma oficina na Escola Agrotécnica Rainha dos Apóstolos com a presença de consultores externos viabilizados pela COAGRE/MAPA.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

| Identificação da Ação | | | | | | |
|--|--|---|-------------|----------------|-----------------|---------------|
| Código | | 8611 | | | | |
| Descrição | | Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário | | | | |
| Iniciativa | | 02XH - Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário | | | | |
| Unidade Responsável | | Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG/SFA/AM | | | | |
| Unidade Orçamentária | | 130090 | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| | Análise e tratamento de contratos de repasse | unidade | 3 | 3 | 0,00 | 0,00 |
| | Adquirir patrulhas mecanizadas, mediante parcerias com as prefeituras municipais | unidade | 0 | 0 | 0,00 | 0,00 |
| | Apoiar Projetos de Desenvolvimento do setor agropecuário | Projeto | 3 | 2 | 0,00 | 0,00 |

Análise crítica

É possível inferir que dos três contratos de repasse analisados somente 1(um) foi contratado junto a Caixa Econômica Federal pelos Beneficiários. Essa diferença se deve ao fato da beneficiária estar inadimplente e não optar por dar continuidade ao pleito, e da beneficiária não ter encaminhado proposta em tempo hábil para tratamento, o que impedem a contratação e transferência voluntária de recursos.

É importante ressaltar que os projetos aprovados e celebrados na CEF aguardam liberação de recursos no decorrer do ano em curso.

Não foi possível mensurar a meta prevista no plano plurianual de “aquisição de patrulhas mecanizadas” uma vez no OGU 2012 para o Amazonas não foram aprovadas emendas para esta finalidade.

Cumprido salientar ainda que diversos projetos já aprovados em exercícios anteriores tiveram tratamento complementar no ano de 2012

Abaixo, apresentamos um quadro resumo das propostas enviadas pelo SICONV em 2012.

| UF: | AM | AM | AM |
|--------------------------|--------------------|--|--|
| Emenda: | 26370001 | 24170002 | 29100008 |
| Tomador/ Beneficiário | PREF. MUN. APUI | SEC. ESTADO MEIO AMB. E DES. SUSTENT. - SDS | SEC. DE ESTADO DA PRODUÇÃO RURAL - SEPROR |
| CNPJ | 22.812.960/0001-99 | 05.562.326/0001-26 | 05.560.185/0001-02 |
| Valor emenda | 1.000.000,00 | 600.000,00 | 1.516.890,00 |
| Valor repasse | 975.000,00 | 585.000,00 | 1.365.000,00 |

| | | | |
|-----------------------------------|--|---|---|
| Proposta Siconv | 029096/2012 | Não inserida | 015391/2012 |
| Funcional: | 20.605.2014.8611.0338 | 20.605.2014.8611.0013 | 20.605.2014.8611.0338 |
| Título/Objeto: | Construção do Parque de Exposição Agropecuária Municipal | Aquisição de equipamentos para a Agroindústria de Piracuí | Aquisição de equipamentos para apoiar a produção tradicional de farinha de mandioca no estado do Amazonas |
| Gnd: | 4 | 4 | 4 |
| Modalidade | 40 | 30 | 30 |
| Situação da Prop. | aprovada | Sem proposta | aprovada |
| Situação PT | Não aprovado | --- | aprovada |
| Empenho: | não realizado | não realizado | realizado |
| Contrato repasse celebrado na CEF | não | não | sim |

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

| Identificação da Ação | | | | | | |
|--|--|---|-------------|----------------|-----------------|---------------|
| Código | | 2B17 | | | | |
| Descrição | | Fiscalização de Contratos de Repasse | | | | |
| Iniciativa | | 02XH - Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário | | | | |
| Unidade Responsável | | Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG/SFA/AM | | | | |
| Unidade Orçamentária | | 130090 | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 3675,00 | | 3.443,75 | 3.443,75 | | | 3.443,75 |
| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| | Fiscalização de contrato de repasse | unidade | 02 | 01 | 3675,00 | 3.443,75 |

Análise crítica

Eventos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução dos Programas de Governo:

Foi efetuada uma segunda diligência de fiscalização no município de Guajará/AM, uma vez que haviam sido encontradas inconformidades na primeira visita. Desta vez, restou verificar que o bem adquirido (trator de esteira) estava sendo utilizado conforme previsto em plano de trabalho e atendendo aos beneficiários finais em um trabalho de manutenção de estradas vicinais

Também foi observada durante o exercício anterior a execução de diligência do DIEL/SDC/MAPA ao Amazonas para execução de fiscalização documental de contratos de repasse junto da GIDUR-AM/CEF. Porém até o presente momento não foram repassados relatórios a respeito do trabalho realizado.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

| Identificação da Ação | | | | | | |
|--|--|--|-------------|----------------|-----------------|---------------|
| Código | | 2B47 | | | | |
| Descrição | | Fomento a Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários | | | | |
| Iniciativa | | 044P - Organização de cadeias produtivas para o uso das Indicações Geográficas e marcas coletivas (INDIGRAF) | | | | |
| Unidade Responsável | | Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG/SFA/AM | | | | |
| Unidade Orçamentária | | 130090 | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 7.692,80 | | 6.952,24 | 6.952,24 | | | 6.952,24 |
| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| | cadeias produtivas organizadas para o uso de indicações geográficas e marcas coletivas | unidade | 01 | 01 | 7.692,80 | 6.952,24 |

Análise crítica

Considerações sobre atividades que contribuíram para obtenção das metas físicas

- ⇒ Reuniões com a convenente SEBRAE/AM sobre planejamento operacional das ações em Maués/AM
- ⇒ Foi realizada em Parintins/AM uma avaliação da situação da DO para o Waraná Sateré-Mawé, o que resultou no planejamento das ações necessárias para concluir o processo formal para protocolar a solicitação do INPI. Foi delineada a elaboração de uma proposta técnica para apoio financeiro, que será detalhada em paralelo a execução das atividades previstas, para apoiar as demandas ainda em aberto para a solicitação da DO, e sua gestão posterior ao depósito da solicitação no INPI. A ação contou com a participação de consultor viabilizada pela SFA/AM. Na ocasião foi encaminhando algumas ações previstas neste planejamento, tivemos uma reunião específica com o coordenador de Assistência técnica do CPSM, Sérgio Batista, para discussão de atividades relacionadas aos sistemas
- ⇒ de controle interno em uso pelo CPSM e a respeito do mapeamento da área de abrangência da DO. Fizemos uma breve visita a unidade de processamento do guaraná e produtos florestais não madeireiros do CPSM
- ⇒ Participação em Reunião técnica Nacional em Paraty/RJ, onde o principal resultado obtido foi a internalização da modelagem de processos de Signos distintivos do MAPA e seus subprocessos de Prospecção, Sensibilização, Diagnóstico e Fortalecimento bem como a sua interface com o protótipo de sistema informatizado que dará suporte ao processo.
- ⇒ Para 2013, o objetivo é centrar esforços nos trabalhos de prospecção, mas já sabemos desde já que a falta de pessoal na unidade deve retardar o andamento desses trabalhos.

3- PROGRAMA: 2105 – Gestão e Manutenção do MAPA

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

| Identificação da Ação | | | | | | |
|--|--------------------------|---|-------------|----------------|-----------------|---------------|
| Código | | 2000 | | | | |
| Descrição | | Administração da Unidade | | | | |
| Iniciativa | | Não definida | | | | |
| Unidade Responsável | | Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG/SFA/AM | | | | |
| Unidade Orçamentária | | 130090 | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| 3675,00 | | 3.443,75 | 3.443,75 | | | 3.443,75 |
| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| | Administração da unidade | exercício | 01 | 01 | 3675,00 | 3.443,75 |

AÇÃO: 2000 – Administração da Unidade

Análise Crítica

Esse plano orçamentário que responde pelo abreviado nome de PI MANUTSDC no âmbito do SIAFI, foi designado pelo MAPA para centralizar o custeio de operações de nessa unidade de gestão. Também foi o canal utilizado para viabilizar encontro gerencial com as chefias das unidades dos demais estados da federação.

Ações que apresentaram problemas de execução:

Vale ratificar aqui uma situação endêmica, que vem a ser as inúmeras atividades desempenhadas pelos poucos técnicos disponíveis no DPDAG. Aqui um FFA é designado para fazer o trabalho técnico de vários PIs, devido as diferentes demandas advindas de diversas outras coordenações, a exemplo da CGSPI, COAGRE, CGPI, SRI/Niex, Gab/SDC, dentre outras como os Territórios da Cidadania, o que implica diretamente na forma de atuação não satisfatória para a maioria, uma vez que a capacidade de desenvolvimento é inferior a demandas, inclusive nas ações do INDGRAF, que requer acompanhamento presencial.

O atropelo de ações observado no segundo semestre de 2012 fez com que todas as ações sofressem atrasos significativos. Esses fatores influenciarão o planejamento e o início das ações em 2013, uma vez que ainda estamos ocupados com tarefas pendentes de 2012. A saber, análise de emendas, relatórios de gestão e PO's.

4.1.5 Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.

QUADRO A.4.5 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – DE GESTÃO E MANUTENÇÃO

| Identificação do Programa de Governo | | | | | | |
|--|-------|--|--------------|----------------|-----------------|---------------|
| Código Programa | | 2105 | | | | |
| Título | | Gestão e Manutenção do MAPA | | | | |
| Órgão Responsável | | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| | | 1.200.847,58 | 1.075.478,69 | 7.867,92 | 125.368,89 | 1.067.610,77 |

4.1.6 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.

QUADRO A.4.6 AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ.

| Identificação da Ação | | | | | | |
|--|---|---|--------------|----------------|-----------------|---------------|
| Código | | 4716 | | | | |
| Descrição | | Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas | | | | |
| Unidade Responsável | | 130090 - Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas | | | | |
| Unidade Orçamentária | | 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | Restos a Pagar | | Valores Pagos |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Processados | Não Processados | |
| | | 1.200.847,58 | 1.075.478,69 | 7.867,92 | 125.368,89 | 1.067.610,77 |
| Metas do Exercício Para a Ação | | | | | | |
| Ordem | Descrição | Unidade de Medida | Meta Física | | Meta Financeira | |
| | | | Prevista | Realizada | Prevista | Realizada |
| 1 | Aplicar 95% dos recursos provisionados | - | - | - | 1.202.591,76 | 1.200.847,58 |
| 2 | Atender 90% das demandas envolvendo a Administração geral | Unid. | 90 % | 90% | | |

Análise Crítica

Cumprimento das metas:

Apesar das dificuldades por deficiência de pessoas, para as demandas solicitadas pelas áreas como aquisição de material, licitações, pregões etc, a administração deixou de atingir metas de execução. Porém, a financeira, conforme a disponibilização no SIOR e as notas ou faturas informada, foram executadas.

Eventuais Problemas:

A deficiência de pessoal, na área administrativa, para desempenharem as diversas atividades de execução, resultando que uns servidores têm que realizar vários serviços ao mesmo tempo, como por exemplo, fazer cotação de preço junto às empresas, abrir processo para os serviços, atender as pequenas atividades diárias e até mesmo serviço de motorista, além de realizar suas tarefas no setor que é chefe, resultando com isso acúmulos, sobrecarga de trabalho e várias cobranças pelo setor que solicita os serviços.

No setor de Compras e Contrato não tem chefia, os servidores que lá estão eram servidores do BNCC, e não podem pegar Funções Gratificadas. Tem outro servidor que está lotado no SEOF, trabalha 50% no SCC e 50% no SEOF.

No transporte não temos chefia, só uma portaria interna indicando o servidor chefe do Setor de Manutenção Predial como responsável, onde realiza todos os serviços de saída e entrada e veículo, disponibiliza as requisições de combustíveis, manutenção dos veículos em oficina, e mais as tarefas do setor que é chefe.

Nossa dificuldade são as atividades de Licitações, pois não temos um setor específico de licitação, pessoa capacitada como advogados, ou que entendam de direitos, Leis etc. e se dedique somente para tais serviços.

Atualmente, os servidores se desdobram o máximo para realizar os serviços mesmo com pouco conhecimento conforme as liberações e modificações de leis e decretos.

Nem todos os setores têm chefe substituto, além disso, ainda temos servidores que já completaram tempo de aposentar, outros de atestado médico, licença etc.

Restos a pagar:

Os valores existentes de custeios são aqueles que não apresentaram as Notas Fiscais, em dezembro devido o fechamento de final de ano, ficando assim para serem pagos no mês seguinte, e outros são materiais permanentes adquiridos através de pregão e que só poderão ser pagos mediante a entrega do material.

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

| Natureza da Movimentação de Crédito | | UG | | Classificação da ação | Despesas Correntes | | |
|-------------------------------------|------------|------------|------------|-----------------------|--------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| | | Concedente | Recebedora | | 1 – Pessoal e Encargos Sociais | 2 – Juros e Encargos da Dívida | 3 – Outras Despesas Correntes |
| Movimentação Interna | Concedidos | | | | | | |
| | Recebidos | | | | | | |
| Movimentação Externa | Concedidos | | | | | | |
| | Recebidos | 110008 | 130090 | 339037 | | | 120.811,67 |
| | | 110008 | 130090 | 339039 | | | 19.921,94 |
| Natureza da Movimentação de Crédito | | UG | | Classificação da ação | Despesas de Capital | | |
| | | Concedente | Recebedora | | 4 – Investimentos | 5 – Inversões Financeiras | 6 – Amortização da Dívida |
| Movimentação Interna | Concedidos | | | | | | |
| | Recebidos | | | | | | |
| Movimentação Externa | Concedidos | | | | | | |
| | Recebidos | | | | | | |

Fonte: SIAFI –SEOF/SFA/AM

O recebimento de crédito orçamentário e financeiro de movimentação externa é oriundo do Ministério da Pesca e Aquicultura – Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura no Amazonas. Os créditos recebidos decorrem de serviços por aquela Superintendência, visto que a mesma não dispõe de sede própria e utiliza salas desta SFA/AM. Os créditos referem-se à participação dos serviços de vigilância, limpeza, energia elétrica, telefonia e reprografia.

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

QUADRO A.4.12 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Valores em R\$ 1,00

| Modalidade de Contratação | Despesa Liquidada | | Despesa paga | |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f) | | | | |
| a) Convite | - | - | - | - |
| b) Tomada de Preços | - | - | - | - |
| c) Concorrência | - | - | - | - |
| d) Pregão | 1.362.576,45 | 955.255,28 | 1.362.576,45 | 955.255,28 |
| e) Concurso | - | - | - | - |
| f) Consulta | - | - | - | - |
| 2. Contratações Diretas (g+h) | | | | |
| g) Dispensa | 228.572,70 | 324.885,65 | 228.572,70 | 324.885,65 |
| h) Inexigibilidade | 44.662,49 | 8.564,66 | 44.662,49 | 8.564,66 |
| 3. Regime de Execução Especial | | | | |
| i) Suprimento de Fundos | - | - | - | - |
| 4. Pagamento de Pessoal (j+k) | | | | |
| j) Pagamento em Folha | - | - | - | - |
| k) Diárias | 183.756,37 | 189.956,56 | 183.756,37 | 189.956,56 |
| 5. Outros (colaborador eventual) | 6.228,70 | 84.671,17 | 6.228,70 | 84.671,17 |
| 6. Total (1+2+3+4+5) | 1.825.796,71 | 1.563.333,32 | 1.825.796,71 | 1.563.333,32 |

Fonte: SIAFI – SEOF/SFA/AM

4.2.4.2 Execução Orçamentária de créditos recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – Valores em R\$ 1,00
CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

| Modalidade de Contratação | Despesa Liquidada | | Despesa paga | |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 7. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f) | | | | |
| a) Convite | - | - | - | - |
| b) Tomada de Preços | - | - | - | - |
| c) Concorrência | - | - | - | - |
| d) Pregão | 1.362.576,45 | 955.255,28 | 1.362.576,45 | 955.255,28 |
| e) Concurso | - | - | - | - |
| f) Consulta | - | - | - | - |
| 8. Contratações Diretas (g+h) | | | | |
| g) Dispensa | 228.572,70 | 324.885,65 | 228.572,70 | 324.885,65 |
| h) Inexigibilidade | 44.662,49 | 8.564,66 | 44.662,49 | 8.564,66 |
| 9. Regime de Execução Especial | | | | |
| i) Suprimento de Fundos | - | - | - | - |
| 10. Pagamento de Pessoal (j+k) | | | | |
| j) Pagamento em Folha | - | - | - | - |
| k) Diárias | 183.756,37 | 189.956,56 | 183.756,37 | 189.956,56 |
| 11. Outros (colaborador eventual) | 60.997,80 | 84.671,17 | 60.997,80 | 84.671,17 |
| 12. Total (1+2+3+4+5) | 1.880.565,81 | 1.563.333,32 | 1.880.565,81 | 1.563.333,32 |

Fonte: SIAFI – SEOF/SFA/AM

4.2.4.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

| DESPESAS CORRENTES | | | | | | | | |
|---|------------|------------|------------|------------|--------------------|-----------|---------------|------------|
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 1 – Despesas de Pessoal | | | | | | | | |
| Nome 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 2 – Juros e Encargos da Dívida | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3 – Outras Despesas Correntes | | | | | | | | |
| 339037 | 851.964,70 | 623.496,05 | 851.964,70 | 623.496,05 | - | - | 851.964,70 | 623.496,05 |
| 339039 | 415.561,18 | 427.779,93 | 415.561,18 | 427.779,93 | 41.978,09 | 64.096,41 | 415.561,18 | 427.779,93 |
| 339033 | 201.043,77 | 215.607,19 | 201.043,53 | 215.607,19 | - | 11.397,41 | 201.043,77 | 215.607,19 |
| 339014; 339030; 339036; 339092, 339093, 339139, 449052. | 176.719,74 | 415.153,31 | 176.719,74 | 415.153,31 | 121.528,67 | 5.618,77 | 176.719,74 | 415.153,31 |
| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | | | | |
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidada | | RP não Processados | | Valores Pagos | |
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| 4 – Investimentos | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 5 – Inversões Financeiras | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 6 – Amortização da Dívida | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |

4.2.4.2.3 Análise Crítica.

Não houve mudanças significativas na programação orçamentária do exercício 2012. Quando a programação orçamentária é elaborada já se tem o limite que a Unidade deve utilizar. Com o limite estipulado, sobretudo na área administrativa, se prioriza os contratos existentes e outros serviços da área meio. Apesar das restrições impostas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ainda assim, quando necessário, tem havido por parte da Gestão Maior do MAPA, sensibilidade em disponibilizar recursos extras à manutenção da SFA/AM. É de reconhecimento que a SFA-AM tem carência de quadro de servidores em todos os níveis, com reflexos diretos na qualidade da prestação dos serviços ofertados à sociedade em geral.

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

| Restos a Pagar Processados | | | | |
|--------------------------------|-------------------|--------------------------|-----------------------|-----------------------------|
| Ano de Inscrição | Montante Inscrito | Cancelamentos Acumulados | Pagamentos Acumulados | Saldo a Pagar em 31/12/2012 |
| 2011 | 167.040,42 | - | 167.040,42 | - |
| 2010 | 103.410,44 | - | 103.410,44 | - |
| ... | | | | |
| Restos a Pagar não Processados | | | | |
| Ano de Inscrição | Montante Inscrito | Cancelamentos Acumulados | Pagamentos Acumulados | Saldo a Pagar em 31/12/2012 |
| 2011 | 81.112,59 | 5.000,00 | 25.034,91 | 51.077,68 |
| 2010 | 1.419.290,74 | 47.972,79 | 1.301.370,74 | 117.920,00 |
| ... | | | | |

Fonte: SEOF/SFA/AM

5.2.2 Análise Crítica

O saldo de resto a pagar muitas vezes é em decorrência de realizações de licitações no fim do exercício financeiro e, os pagamentos só poderão ocorrer quando da entrega de materiais e/ou serviços. Ocorre também, que em alguns contratos, as notas fiscais referentes aos serviços executados chegam à SFA/AM, após o final de exercício, inviabilizando, por conseguinte, sua regularização.

5.3 Transferências de Recursos

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | | | | | |
|---|-------------------|--------------|-------------------|---------------|--------------------|---------------------------|------------|------------|------|
| Nome: Secretaria de Estado da Produção Rural - SEPROR | | | | | | | | | |
| CNPJ: 05560185/0001-02 | | | | | UG/GESTÃO: | | | | |
| Informações sobre as Transferências | | | | | | | | | |
| Modalidade | Nº do instrumento | Beneficiário | Valores Pactuados | | Valores Repassados | | Vigência | | Sit. |
| | | | Global | Contrapartida | No Exercício | Acumulado até o Exercício | Início | Fim | |
| 1 | 756433/11 | SEPROR | 12.103.692,11 | 308.300,00 | 2.748.300,55 | 3.056.600,55 | 06.11.2011 | 31.12.2015 | 1 |
| 1 | 755952/11 | SEPROR | 1.172.086,90 | 39.188,10 | 349.664,40 | 388.852,50* | 29.08.2011 | 31.12.2015 | 1 |
| <p>LEGENDA</p> <p>Modalidade:</p> <p>1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso</p> <p>Situação da Transferência:</p> <p>1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado</p> | | | | | | | | | |
| Fonte: SIAFI – SEOF/SFA/AM | | | | | | | | | |

*Valor repassado em 2011, mas devolvido em 2012 por motivo de não poder realizar a licitação no período concedido.

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos três últimos exercícios

QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | | |
|-----------------------------------|---|------|------|---|--------------|------|
| Nome: | Secretaria de Estado da Produção Rural - SEPROR | | | | | |
| CNPJ: | 05560185/0001-02 | | | | | |
| UG/GESTÃO: | | | | | | |
| Modalidade | Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício | | | Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00) | | |
| | 2012 | 2011 | 2010 | 2012 | 2011 | 2010 |
| Convênio | - | 02 | - | - | 3.445.452,95 | - |
| Contrato de Repasse | - | 02 | - | - | - | - |
| Termo de Cooperação | - | 02 | - | - | - | - |
| Termo de Compromisso | - | - | - | - | - | - |
| Totais | - | 06 | - | - | - | - |

Fonte: SIAFI – SEOF/SFA/AM

5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no exercício de 2013 e seguintes.

QUADRO A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | |
|--|--|---------------------------|----------------------------|----------------------------|---|
| Nome: Secretaria de Estado da Produção Rural - SEPROR | | | | | |
| CNPJ: 05560185/0001-02 | | | UG/GESTÃO: 130090 | | |
| Modalidade | Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes | Valores (R\$ 1,00) | | | % do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012 |
| | | Contratados | Repassados até 2012 | Previstos para 2013 | |
| Convênio | 2 | 13.275.779,01 | 3.444.452,95 | - | 25,94 % |
| Contrato de Repasse | | | | | |
| Termo de Cooperação | | | | | |
| Termo de Compromisso | | | | | |
| Totais | | | | | |

Fonte: SEOF/SFA/AM

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.

QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R\$
1,00

| Unidade Concedente | | | | | |
|---|-------------------------------------|--------------------|---|---------------------|----------------------|
| Nome: Secretaria de Estado da Produção Rural - SEPROR | | | | | |
| CNPJ: 05560185/0001-02 | | UG/GESTÃO: 130090 | | | |
| Exercício da Prestação das Contas | Quantitativos e Montante Repassados | | Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado) | | |
| | | | Convênios | Termo de Cooperação | Contratos de Repasse |
| 2012 | Contas Prestadas | Quantidade | 1 | - | - |
| | | Montante Repassado | 3.056.600,55 | - | - |
| | Contas NÃO Prestadas | Quantidade | 1 | - | - |
| | | Montante Repassado | 388.852,40* | - | - |
| 2011 | Contas Prestadas | Quantidade | 1 | - | - |
| | | Montante Repassado | 3.095.961,29 | - | - |
| | Contas NÃO Prestadas | Quantidade | 1 | - | - |
| | | Montante Repassado | 15.279.909,09 | - | - |
| 2010 | Contas Prestadas | Quantidade | 1 | - | - |
| | | Montante Repassado | 3.568.608,37 | - | - |
| | Contas NÃO Prestadas | Quantidade | - | - | - |
| | | Montante Repassado | - | - | - |
| Anteriores a 2010 | Contas NÃO Prestadas | Quantidade | - | - | - |
| | | Montante Repassado | - | - | - |

Fonte: SEOF/SFA/AM

*Valor repassado em 2011, mas devolvido em 2012 por motivo de não poder realizar a licitação no período concedido.

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO A.5.7 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$ 1,00

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | |
|---|---|--------------------------|-----------------------|--------------|----------------------|
| Nome: Secretaria de Estado da Produção Rural - SEPROR | | | | | |
| CNPJ: 05560185/0001-02 | | | UG/GESTÃO: | | |
| Exercício da Prestação das Contas | Quantitativos e Montantes Repassados | | | Instrumentos | |
| | | | | Convênios | Contratos de Repasse |
| 2012 | Quantidade de Contas Prestadas | | | - | - |
| | Com Prazo de Análise ainda não Vencido | Quantidade | Contas Analisadas | 1 | - |
| | | | Contas Não Analisadas | 1 | - |
| | | Montante Repassado (R\$) | | 5.172.165,36 | - |
| | Com Prazo de Análise Vencido | Contas Analisadas | Quantidade Aprovada | - | - |
| | | | Quantidade Reprovada | - | - |
| | | | Quantidade de TCE | - | - |
| | | Contas NÃO Analisadas | Quantidade | - | - |
| Montante Repassado (R\$) | | 3.444.453,05 | | | |
| 2011 | Quantidade de contas prestadas | | | | |
| | Contas Analisadas | Quantidade Aprovada | | | |
| | | Quantidade Reprovada | | 1 | |
| | | Quantidade de TCE | | | |
| | Contas NÃO Analisadas | Quantidade | | 1 | |
| Montante repassado (R\$) | | 3.445.452,95 | | | |
| 2010 | Quantidade de Contas Prestadas | | | | |
| | Contas analisadas | Quantidade Aprovada | | 1 | |
| | | Quantidade Reprovada | | | |
| | | Quantidade de TCE | | | |
| | Contas NÃO Analisadas | Quantidade | | | |
| Montante Repassado | | 3.568.608,37 | | | |
| Exercícios Anteriores a 2010 | Contas NÃO Analisadas | Quantidade | | | |
| | | Montante Repassado | | | |

Fonte: SEOF/SFA/AM

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

| Tipologias dos Cargos | Lotação | | Ingressos no Exercício | Egressos no Exercício |
|--|------------|---------|------------------------|-----------------------|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| 1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2) | 94 | 94 | 1 | - |
| 1.1. Membros de poder e agentes políticos | - | - | - | - |
| 1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4) | 94 | 94 | 1 | - |
| 1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | 82 | 82 | 1 | - |
| 1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado | - | - | - | - |
| 1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório | - | - | - | - |
| 1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas | 12 | 12 | - | - |
| 2. Servidores com Contratos Temporários | - | - | - | - |
| 3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública | - | - | - | - |
| 4. Total de Servidores (1+2+3) | 94 | 94 | 1 | - |

Fonte: SGP/SFA-AM

6.1.1.1 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO 31/12

| Tipologias dos afastamentos | Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro |
|--|---|
| 1. Cedidos (1.1+1.2+1.3) | 1 |
| 1.1. Exercício de Cargo em Comissão | - |
| 1.2. Exercício de Função de Confiança | - |
| 1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis) | - |
| 2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4) | - |
| 2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo | - |
| 2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior | - |
| 2.3. Para Serviço em Organismo Internacional | - |
| 2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País | - |
| 3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5) | - |
| 3.1. De Ofício, no Interesse da Administração | - |
| 3.2. A Pedido, a Critério da Administração | - |
| 3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro | - |
| 3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde | - |
| 3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo | - |
| 4. Licença Remunerada (4.1+4.2) | - |
| 4.1. Doença em Pessoa da Família | - |
| 4.2. Capacitação | - |
| 5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5) | - |
| 5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro | - |
| 5.2. Serviço Militar | - |
| 5.3. Atividade Política | - |
| 5.4. Interesses Particulares | - |
| 5.5. Mandato Classista | - |
| 6. Outras Situações (Especificar o ato normativo) | 1 |
| 6.1. Licença Paternidade | - |
| 6.2. Redução de Jornada Art. 5 MP | 1 |
| 6.3. Licença Incentivada não Remunerada | - |
| 6.4. Suspensão Temporária Administrativa | - |
| 6.5. Aguardando a Exoneração | - |
| 6.6. tratamento doença específica (próprio servidor) | - |
| 7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6) | 2 |

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

| Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas | Lotação | | Ingressos no Exercício | Egressos no Exercício |
|--|------------|-----------|------------------------|-----------------------|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| 1. Cargos em Comissão | 7 | 7 | - | - |
| 1.1. Cargos Natureza Especial | - | - | - | - |
| 1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | 7 | 7 | - | - |
| 1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão | 6 | 6 | - | - |
| 1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado | - | - | - | - |
| 1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas | 1 | 1 | - | - |
| 1.2.4. Sem Vínculo | - | - | - | - |
| 1.2.5. Aposentados | - | - | - | - |
| 2. Funções Gratificadas | 16 | 16 | - | - |
| 2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão | 16 | 16 | - | - |
| 2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado | - | - | - | - |
| 2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas | - | - | - | - |
| 3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2) | 23 | 23 | - | - |

Fonte: SGP/SFA/AM

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a Idade

QUADRO A.6.4 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

| Tipologias do Cargo | Quantidade de Servidores por Faixa Etária | | | | |
|--|---|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|
| | Até 30 anos | De 31 a 40 anos | De 41 a 50 anos | De 51 a 60 anos | Acima de 60 anos |
| 1. Provimento de Cargo Efetivo | 2 | 5 | 15 | 19 | 15 |
| 1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos | - | - | - | - | - |
| 1.2. Servidores de Carreira | 2 | 5 | 15 | 19 | 15 |
| 1.3. Servidores com Contratos Temporários | - | - | - | - | - |
| 2. Provimento de Cargo em Comissão | - | 5 | 1 | 5 | - |
| 2.1. Cargos de Natureza Especial | - | - | - | - | - |
| 2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | - | 5 | 1 | 1 | - |
| 2.3. Funções Gratificadas | - | - | - | 4 | - |
| 3. Totais (1+2) | 2 | 10 | 16 | 24 | 15 |

Fonte: SGP/SFA/AM

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a Escolaridade

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

| Tipologias do Cargo | Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade | | | | | | | | |
|--|---|---|---|---|----|----|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| 1. Provimento de Cargo Efetivo | - | 4 | - | 2 | 27 | 24 | - | - | - |
| 1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 1.2. Servidores de Carreira | - | 4 | - | 2 | 27 | 24 | - | - | - |
| 1.3. Servidores com Contratos Temporários | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 2. Provimento de Cargo em Comissão | - | - | - | - | 3 | 8 | - | - | - |
| 2.1. Cargos de Natureza Especial | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | - | - | - | - | 1 | 6 | - | - | - |
| 2.3. Funções Gratificadas | - | - | - | - | 2 | 2 | - | - | - |
| 3. Totais (1+2) | - | 4 | 4 | 2 | 30 | 32 | - | - | - |

LEGENDA
Nível de Escolaridade
 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SGP/SFA/AM

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

| Tipologias/Exercícios | Vencimentos e Vantagens Fixas | Despesas Variáveis | | | | | | Despesas de Exercícios Anteriores | Decisões Judiciais | Total | |
|--|-------------------------------|--------------------|---------------|--------------|--------------|--|---------------------------|-----------------------------------|--------------------|----------|--------------|
| | | Retribuições | Gratificações | Adicionais | Indenizações | Benefícios Assistenciais e Previdenciários | Demais Despesas Variáveis | | | | |
| Membros de Poder e Agentes Políticos | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| | 2011 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| | 2010 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | 2.836.534,25 | 2.068,97 | 2.935.091,11 | 380.910,61 | 282.895,01 | 61.241,00 | 2.970,52 | - | 448,44 | 6.502.159,91 |
| | 2011 | 2.745.413,52 | 744,88 | 3.050.451,43 | 413.441,18 | 279.348,72 | 70.492,00 | 1.776,95 | - | 1.793,76 | 6.563.462,44 |
| | 2010 | 2.700.202,83 | 4.316,04 | 3.267.901,05 | 450.348,34 | 293.571,22 | 70.380,00 | - | 14.281,94 | 4.178,68 | 6.805.180,10 |
| Servidores com Contratos Temporários | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2011 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2010 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2011 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2010 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2011 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2010 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | 429.763,78 | 127.569,64 | 543.130,12 | 67.587,62 | 29.153,33 | 14.516,00 | - | - | - | 1.211.720,49 |
| | 2011 | 402.483,09 | 114.449,38 | 528.766,09 | 63.273,93 | 31.339,31 | 11.549,00 | - | - | - | 1.151.860,80 |
| | 2010 | 411.944,33 | 82.096,05 | 482.391,90 | 60.288,77 | 25.894,61 | 7.436,00 | 43,68 | - | 1.752,98 | 1.071.848,32 |
| Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2012 | 1.068.509,83 | 97.020,81 | 819.806,35 | 117.508,32 | 89.058,80 | 23.796,20 | 920,57 | - | - | 2.216.620,88 |
| | 2011 | 912.412,45 | 89.542,42 | 678.868,06 | 101.624,73 | 79.606,53 | 29.953,31 | 2.200,33 | 14.168,33 | 1.092,18 | 1.909.468,34 |
| | 2010 | 987.070,03 | 86.845,26 | 708.429,38 | 108.886,26 | 78.901,12 | 30.701,09 | - | - | - | 2.000.833,14 |

Fonte: SGP/SFA/AM

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.

QUADRO A.6.7 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

| Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria | Quantidade | |
|---|-------------------------------------|--|
| | De Servidores Aposentados até 31/12 | De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência |
| 1. Integral | 82 | 4 |
| 1.1 Voluntária | 76 | 4 |
| 1.2 Compulsória | - | - |
| 1.3 Invalidez Permanente | 6 | - |
| 1.4 Outras | - | - |
| 2. Proporcional | 54 | - |
| 2.1 Voluntária | 52 | - |
| 2.2 Compulsória | - | - |
| 2.3 Invalidez Permanente | 2 | - |
| 2.4 Outras | - | - |
| 3. Totais (1+2) | 136 | 4 |

Fonte: SGP/SFA/AM

6.1.4.1 Demonstração das Origens das Pensões pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.8 – INSTITUIDORES DE PENSÃO – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

| Regime de Proventos do Servidor Instituidor | Quantidade de Beneficiários de Pensão | |
|---|---------------------------------------|-------------------------------------|
| | Acumulada até 31/12 | Iniciada no Exercício de Referência |
| 1. Aposentado | 63 | 4 |
| 1.1. Integral | 24 | 2 |
| 1.2. Proporcional | 39 | 2 |
| 2. Em Atividade | 173 | 1 |
| 3. Total (1+2) | 236 | 5 |

Fonte: SGP/SFA/AM

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não há nesta Superintendência nenhum controle para detectar possível acumulação de cargos públicos.

Não temos comprovadamente o quantitativo de servidores que acumulem cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal desta Unidade, porém recebemos Ofício nº 115/2012-TCU/SECEX-AM, com nomes de seis servidores e/ou beneficiários de pensão que enviassem documentos para diligência e comprovação ou não dessa irregularidade.

6.1.5 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Através do Ofício nº 115/2012-TCU-SECEX-AM, foi solicitado documentos comprobatórios dos servidores ativos, inativos e beneficiários de pensão, detectados pelo T.C.U como possíveis acumulações de cargos. Foram expedidas 6 (seis) notificações aos servidores envolvidos, solicitando documentos que comprovassem ou não a acumulação.

Através do Ofício nº 208/2012/GAB/SFA/AM, esta Superintendência enviou à TCU/Secretaria de Controle Externo no Amazonas os documentos solicitados. Não foi aberto nenhum procedimento disciplinar, aguardando-se orientações do TCU após o envio dos documentos solicitados.

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Segundo informações da chefe dos Recursos Humanos/SFA/AM, não há indicadores gerenciais e nos encontros realizados com a direção maior do MAPA, em nenhum momento comentou-se a possibilidade de desenvolvê-los.

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | |
|---|------|----------|---------------------------|---------------------------|---|------------|---|----|----|----|---|---|------|
| Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amazonas | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 130090 | | | | | | | CNPJ: 00.396.895/0015-20 | | | | | | |
| Informações sobre os Contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | | | | Sit. |
| | | | | | Início | Fim | F | | M | | S | | |
| | | | | | | | P | C | P | C | P | C | |
| 2011 | L | O | 05/2011 | 05.417.288/0001-18 | 01.11.2011 | 31.10.2013 | 12 | 12 | 01 | 01 | - | - | P |
| 2008 | V | O | 04/2008 | 08.342.262/0001-46 | 30.05.2008 | 30.05.2013 | - | - | 12 | 12 | - | - | P |
| Observações: | | | | | | | | | | | | | |
| LEGENDA | | | | | | | | | | | | | |
| Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. | | | | | | | | | | | | | |
| Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. | | | | | | | | | | | | | |
| Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. | | | | | | | | | | | | | |
| Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. | | | | | | | | | | | | | |

Fonte:

6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | |
|--|------|----------|---------------------------|---------------------------|---|--------------------------|---|---|---|---|---|---|------|
| Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 130090 | | | | | | CNPJ: 00.396.895/0015-20 | | | | | | | |
| Informações sobre os Contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | | | | Sit. |
| | | | | | Início | Fim | F | | M | | S | | |
| | | | | | | | P | C | P | C | P | C | |
| 2011 | 4 | O | 06/2011 | 033.325.110/0001-11 | 07.11.2011 | 05.11.2013 | 1 | 1 | - | - | - | - | P |
| Observações: | | | | | | | | | | | | | |
| <p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p> | | | | | | | | | | | | | |

Fonte:

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

| Nível de escolaridade | Quantitativo de contratos de estágio vigentes | | | | Despesa no exercício (em R\$ 1,00) |
|--------------------------|---|--------------|--------------|--------------|---------------------------------------|
| | 1º Trimestre | 2º Trimestre | 3º Trimestre | 4º Trimestre | |
| 1. Nível superior | 1 | 1 | 1 | 0 | 7.094,65 |
| 1.1 Área Fim | | | | | |
| 1.2 Área Meio | | | | | |
| 2. Nível Médio | 12 | 12 | 8 | 7 | 59.430,89 |
| 2.1 Área Fim | | | | | |
| 2.2 Área Meio | | | | | |
| 3. Total (1+2) | 13 | 13 | 9 | 7 | 66.525,54 |

Fonte: SGP/SFA/AM

7. Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

A Legislação que regula a constituição e a frota de veículos é a Instrução Normativa nº 3, de 15/05/2008 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Os veículos são utilizados para atender serviços inerentes a Superintendência. Os veículos são classificados como **veículos de transportes de servidores** e, a frota total de veículos é de 42 veículos, sendo que 25 estão em uso.

A média anual estimada por quilômetros rodados é de 6.500 km. A idade média dos veículos em uso é de 5 anos.

Os gastos com a manutenção da frota foi de R\$ 80.721,43 e R\$ 63.362,26 de combustíveis.

Esta Superintendência não possui contrato com empresa para prestação de serviços de transporte.

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

| LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA | | QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ | |
|---------------------------|--------|---|----------------|
| | | EXERCÍCIO 2012 | EXERCÍCIO 2011 |
| BRASIL | UF | 1 | 1 |
| | Manaus | 1 | 1 |
| | - | - | - |
| | - | - | - |
| | - | - | - |
| | - | - | - |
| | - | - | - |
| | - | - | - |
| Subtotal Brasil | | 1 | 1 |
| EXTERIOR | PAÍS | - | - |
| | - | - | - |
| | - | - | - |
| | - | - | - |
| | - | - | - |
| | - | - | - |
| | - | - | - |
| | - | - | - |
| Subtotal Exterior | | | |
| Total (Brasil + Exterior) | | 1 | 1 |

Fonte: SMP/SAD/SFA/AM

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis sob responsabilidade da UJ

QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

| UG | RIP | Regime | Estado de Conservação | Valor do Imóvel | | | Despesa no Exercício | |
|------------------------------|----------------|--------|-----------------------|-----------------|-------------------|------------------|----------------------|----------------|
| | | | | Valor Histórico | Data da Avaliação | Valor Reavaliado | Com Reformas | Com Manutenção |
| 130090 | 02550006435009 | 18 | BOM | - | 22/10/2012 | 7.868.271,62 | 304.124,45 | 7.873,81 |
| Total | | | | | | | 304.124,45 | 7.873,81 |
| Fonte: SMP/SAD/SFA/AM | | | | | | | | |

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

| Quesitos a serem avaliados | |
|--|--|
| 1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição: | |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor. |
| <input checked="" type="checkbox"/> | monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional. |
| | Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI. |
| <input checked="" type="checkbox"/> | aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI. |
| <input checked="" type="checkbox"/> | aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional. |
| <input checked="" type="checkbox"/> | aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto. |
| <input checked="" type="checkbox"/> | aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa. |
| <input checked="" type="checkbox"/> | aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional. |
| <input checked="" type="checkbox"/> | aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição. |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI. |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI. |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI. |
| 2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição: | |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI. |
| <input type="checkbox"/> | Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI. |
| <input type="checkbox"/> | Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012. |
| <input type="checkbox"/> | Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI. |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI. |
| <input type="checkbox"/> | Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles. |
| <input type="checkbox"/> | Os indicadores e metas de TI são monitorados. |
| <input type="checkbox"/> | Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas. |
| <input type="checkbox"/> | Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição. |
| 3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição: | |
| <input type="checkbox"/> | Auditoria de governança de TI. |
| <input type="checkbox"/> | Auditoria de sistemas de informação. |
| <input type="checkbox"/> | Auditoria de segurança da informação. |
| <input type="checkbox"/> | Auditoria de contratos de TI. |
| <input type="checkbox"/> | Auditoria de dados. |
| <input type="checkbox"/> | Outra(s). Qual(is)? _____ |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012. |
| 4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres: | |
| <input type="checkbox"/> | A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente. |
| <input checked="" type="checkbox"/> | A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente. |
| <input checked="" type="checkbox"/> | A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio. |
| <input checked="" type="checkbox"/> | A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores. |
| <input checked="" type="checkbox"/> | O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI. |
| <input checked="" type="checkbox"/> | O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.). |
| <input checked="" type="checkbox"/> | O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição. |
| <input checked="" type="checkbox"/> | O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio. |
| <input type="checkbox"/> | O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão. |
| <input checked="" type="checkbox"/> | O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI. |
| <input type="checkbox"/> | O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____ |

| | |
|---|--|
| 5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio: | |
| <input type="checkbox"/> | Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados. |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição. |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio. |
| 6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos: | |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações). |
| <input type="checkbox"/> | Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito). |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade. |
| <input type="checkbox"/> | Gestão dos incidentes de segurança da informação. |
| 7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre | |
| <input type="checkbox"/> | (4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação. |
| <input type="checkbox"/> | (4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação. |
| <input type="checkbox"/> | (3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato. |
| <input type="checkbox"/> | (4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos. |
| <input type="checkbox"/> | (4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato. |
| <input type="checkbox"/> | (4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos). |
| 8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo) | |
| <input type="checkbox"/> | O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada. |
| <input type="checkbox"/> | Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada. |
| <input type="checkbox"/> | A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov). |
| <input checked="" type="checkbox"/> | A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov). |
| <input type="checkbox"/> | A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov). |
| <input type="checkbox"/> | A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov). |
| 9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov? | |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Entre 1 e 40%. |
| <input type="checkbox"/> | Entre 41 e 60%. |
| Comentários | |
| | |
| | |
| | |
| | |

8.2 Análise Crítica - O questionário foi preenchido pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação – CGTI do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|-----------|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Licitações Sustentáveis | | | | | |
| 1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? | | | X | | |
| 2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. | | | X | | |
| 3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). | | | X | | |
| 4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? | | | X | | |
| 5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? | X | | | | |
| 6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? | X | | | | |
| 7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? | | X | | | |
| 8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? | | X | | | |
| 9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos. | X | | | | |
| 10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. | X | | | | |
| 11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. | X | | | | |
| 12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | | X | | | |
| 13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. | X | | | | |

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|---|-----------|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Licitações Sustentáveis | | | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | | | | | |
| Considerações Gerais: | | | | | |
| LEGENDA | | | | | |
| Níveis de Avaliação: | | | | | |
| (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. | | | | | |
| (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. | | | | | |
| (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. | | | | | |
| (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. | | | | | |
| (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ. | | | | | |

9.2 consumo de papel, energia elétrica e água

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

| Adesão a Programas de Sustentabilidade | | | | | | |
|--|---------------|-------------|--------------|------------|------------|------------|
| Nome do Programa | Ano de Adesão | | | Resultados | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| Recurso Consumido | Quantidade | | | Valor | | |
| | Exercícios | | | | | |
| | 2012 | 2011 | 2010 | 2012 | 2011 | 2010 |
| Papel | 1.050 resmas | 750 resmas | 600 resmas | 12.157,00 | 8.862,75 | 6.946,20 |
| Água | - | - | - | - | - | - |
| Energia Elétrica | 389.760 kwh | 536.910 kwh | 402.120 kwh | 207.238,86 | 174.007,35 | 185.574,92 |
| | | | Total | 219.395,86 | 182.870,10 | 192.521,12 |

Fonte: SMP/SAD/SFA/AM

Considerações: A SFA/AM, ainda não aderiu nenhum tipo de programa ligado à temática sustentabilidade ambiental.

10 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS**10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício****10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício**

QUADRO A.10.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|--|-----------------|----------------|-------------|-------------|------------------------------|
| Denominação Completa | | | | | Código SIORG |
| Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas | | | | | 2800 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações Expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 1 | 030.737/2011-7 | | 1 | | Ofício 115/2012-TCU/SECEX-AM |
| Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação | | | | | Código SIORG |
| TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO/SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO NO AMAZONAS | | | | | |
| Descrição da Deliberação | | | | | |
| Diligência e acompanhamento do Processo nº 030.737/2011-7 | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor Responsável pela Implementação | | | | | Código SIORG |
| Seção de Gestão de Pessoas da Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas | | | | | 2800 |
| Síntese da Providência Adotada | | | | | |
| Encaminhamento à Secretaria de Controle Externo no Amazonas, de documentos comprobatórios dos servidores ativos, inativos e beneficiários de pensão, conforme Ofício nº 208/2012-GAB/SFA/AM de 09/03/2012. | | | | | |
| Síntese dos Resultados Obtidos | | | | | |
| Não foi recebido no exercício, resposta do Tribunal de Contas da União quanto ao assunto. | | | | | |
| Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor | | | | | |
| A SFA/AM não encontrou dificuldade para atender o pleito requerido. | | | | | |

10.2 Informações sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

10.3 Declaração de Bens e Rendas estabelecidas na Lei 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

| Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR | Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93 | Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR | | |
|--|--|--|--|-------------------------------|
| | | Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função | Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função | Final do Exercício Financeiro |
| Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93) | Obrigados a entregar a DBR | | | |
| | Entregaram a DBR | | | |
| | Não cumpriram a obrigação | | | |
| Cargos Eletivos | Obrigados a entregar a DBR | | | |
| | Entregaram a DBR | | | |
| | Não cumpriram a obrigação | | | |
| Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão) | Obrigados a entregar a DBR | | | 23 |
| | Entregaram a DBR | | | 23 |
| | Não cumpriram a obrigação | | | |

Fonte: SGP/SFA/AM

Análise Crítica:

Todos os servidores entregaram formulário com autorização de acesso à Declaração de Ajuste Anual.

10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SINCONV

10.4.1 Modelo de Declaração de Atualização de dados no SIASG e SINCONV

QUADRO A.10.6 MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SINCONV

DECLARAÇÃO

Eu, **IVANA MARJORIE OLIVEIRA REIS**, 284.051.372-20, **agente administrativo**, exercido na **Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes **a contratos**, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Manaus, 22 de março de 2013.

Ivana Marjorie Oliveira Reis

CPF 284.051.372-20

Agente Administrativo

A servidora descrita na declaração acima é responsável pela atualização no SIASG dos contratos existentes.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Informações sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor público

Esta Superintendência não aplica os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, pois ainda não recebeu nenhuma orientação do órgão central para tal procedimento.

11.1.1. Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Esta Superintendência ainda não recebeu nenhuma orientação do órgão central para tal procedimento.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.2 Declaração com Ressalva

QUADRO A.11.2 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

| DECLARAÇÃO DO CONTADOR | | | |
|--|--------------------------|----------------|------------------------|
| Denominação completa (UJ) | | | Código da UG |
| Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas | | | 130090 |
| <p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p style="text-align: center;">a) 170 CONVÊNIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> | | | |
| Local | Brasília, DF | Data | 31 de dezembro de 2012 |
| Contador Responsável | Alberto Jerônimo Pereira | CRC n.º | 006624/T-8 GO |



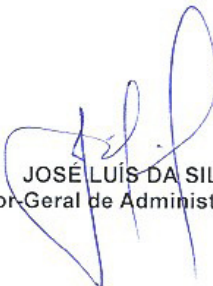
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Administração de Pessoas

DECLARAÇÃO

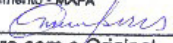
Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas referentes ao exercício de 2012, da Coordenação de Contabilidade, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, e em conformidade com o item 11 parte A, do anexo II à Decisão Normativa TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012

Alberto Jerônimo Pereira
José Calazans dos Santos

Brasília, 06 de fevereiro de 2013


JOSE LUIS DA SILVA
Coordenador-Geral de Administração de Pessoas

Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento - MAPA


Confere com o Original
Data: 11/03/13

Alberto Jerônimo Pereira
Coordenador de Contabilidade
PROC-006624/T-8 GO
CONT/SP/OWSE/MAPIA